



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

O CONGRESSO NACIONAL E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO

**O Congresso Nacional
e o Projeto
de Modernização**

Brasil. Presidente, 1990-1995 (F. Collor)

O Congresso Nacional e o projeto de modernização (discursos presidenciais). Brasília, Presidência da República, 1991.

110p. (Diretrizes para um Novo Brasil, 14).

1. Brasil — Política e Governo — Discursos. I. Título. II. Série.

CDD 320.981

Presidente Fernando Collor

O Congresso Nacional
e o Projeto
de Modernização

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Fernando Collor
Presidente da República

Itamar Franco
Vice-Presidente da República

Secretaria de Imprensa
da Presidência da República

1991

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

ENTREVISTA AOS JORNALISTAS MARCOS SÁ CORRÊA E ETEVALDO DIAS, DO <i>JORNAL DO BRASIL</i> , EM 3 DE FEVEREIRO DE 1991	7
VISITA A AÇAILÂNDIA (MARANHÃO)	18
LANÇAMENTO DO PROGRAMA «PÓLOS FLORESTAIS» NA AMAZÔNIA ORIENTAL	22
MENSAGEM PRESIDENCIAL ENVIADA AO CONGRESSO NACIONAL, EM 15 DE FEVEREIRO DE 1991 .	26
X REUNIÃO MINISTERIAL	36
VISITA À ESTAÇÃO COMANDANTE FERRAZ, NA ANTÁRTICA	47
LANÇAMENTO DO PROGRAMA DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	49
ENTREVISTA À JORNALISTA MARÍLIA GABRIELA, DA REDE BANDEIRANTES, EM 3 DE MARÇO DE 1991	53
ÍNDICE ONOMÁSTICO E TEMÁTICO DOS Nºs 1 A 14	95

Entrevista aos Jornalistas
Marcos Sá Corrêa e Etevaldo Dias,
do *Jornal do Brasil*,
em 3 de Fevereiro de 1991

Jornalista: O novo plano significa que o primeiro tinha se esgotado?

Presidente: De maneira nenhuma. Não se trata de um novo plano, mas de medidas necessárias ao aprofundamento do programa original, medidas que, inclusive, já estavam aprovadas e cuja adoção só se postergou devido às dificuldades que começamos a enfrentar a partir de agosto, com a incerteza gerada pela crise do Golfo, pela safra agrícola e pela atuação dos governos estaduais nas eleições. Mas eu tinha mais munição contra a inflação, só que ninguém sabia. A gente não pode mostrar todas as armas de que dispõe. Quem diria, antes da crise do Golfo, que havia esse *Patriot*, a tal arma que é usada para neutralizar ataques de adversários que apelam inclusive para armas não convencionais? Nosso *Patriot* contra aqueles que tentam desestabilizar a equipe econômica e o Governo foi lançado e atingiu o *Scud* da intolerância.

Jornalista: O senhor não acha que o País está descrente diante de tantos pacotes?

Presidente: Discordo. Na posse de meu governo adotamos medidas essenciais para evitar a hiperinflação e estabilizar a economia. As medidas adotadas a partir daí foram relativas às reformas estruturais que são compromisso de campanha: reforma administrativa, reforma patrimonial, política industrial e abertura da economia.

Congelamento

Jornalista: Por que o senhor adotou o congelamento, contra todos os princípios da livre economia?

Presidente: O controle de preços é um instrumento quase cirúrgico, para ser usado quando não há outra solução indolor. Só conquistaremos uma economia de mercado quando o resultado das reformas estruturais se fizer sentir na redução de custos, no avanço tecnológico, no aumento da competição, na maior integração do Brasil com a economia mundial. Países desenvolvidos, como os EUA e a França, adotaram congelamento de preços quando houve o choque do óleo em 1973. O Brasil ainda tem fragilidades estruturais que estão sendo superadas.

Jornalista: O senhor não acha que o congelamento está desmoralizado?

Presidente: O instrumento adotado é, sem dúvida, precário se adotado isoladamente, como um fim em si mesmo. A intervenção nos preços e rendimentos se entende e se explica apenas no contexto das outras medidas estruturais que, curiosamente, não encontram tanto destaque na imprensa.

Jornalista: O que o Governo fará para evitar o ágio, como ocorreu no Plano Cruzado? O Governo não corre o risco de ter que mandar a polícia pegar boi no pasto?

Presidente: A situação do abastecimento hoje é bem melhor e as políticas monetária e fiscal compatíveis com os objetivos de estabilização. O que nos dá um quadro bem distinto do de 1986. Em reforço, o nível positivo das taxas de juros também inibe a especulação e ajuda a atravessarmos esse período de trégua.

Jornalista: *Esta foi a sua última bala mesmo?*

Presidente: O combate à inflação, assim como toda a luta contra a miséria, exige o esforço de toda a Nação. Infelizmente, não houve uma postura cooperativa por parte de alguns segmentos da sociedade, o que, dada a conjuntura econômica interna e externa, termina por prejudicar os esforços do Governo e de parte substancial da população. Assim, não se trata de ter balas e sim de ter determinação, que é sem limites.

Jornalista: *Foram as críticas que o levaram a reagir?*

Presidente: Crítica é coisa que eu já nem ouço. Mas estou disposto a ouvir quem me venha com um projeto alternativo. Tragam um projeto, em vez de ficarem só com essa conversa de está errado isso, está errado aquilo. Está bem. Então, qual é a alternativa? Eu falei disso com o professor Hélio Jaguaribe e ele entendeu muito bem. Até me mostrou uns dados, um esboço de projeto que havia feito para o Covas (senador Mário Covas, do PSDB, que em 1989 disputou o primeiro turno da eleição presidencial).

Jornalista: *E então?*

Presidente: Era ultrapassado, porque foi feito em outras circunstâncias, num momento de campanha. Mas ele foi o único que falou: «Bom, eu vou ver aí, vou apresentar linhas gerais e tal». Mas, na realidade, não nos foi apresentada nenhuma alternativa, aquele tipo de coisa que faça a gente botar olho e pensar «como é que não pensei nisso antes?». A única alternativa apresentada foi a indexação.

Jornalista: Esse argumento da indexação, é um convite para valer ou um desafio retórico? O senhor acredita que haja alternativa?

Presidente: Para nós, o nosso programa é muito bom. Ele é bem concebido, tem objetivos claros. Mas, quando o pessoal começa a criticar, eu não posso, em nenhum instante, colocar em dúvida essa minha apreciação a respeito do Programa de Estabilização Econômica porque, simplesmente, não se apresenta nenhuma alternativa concreta. Não sendo isso, o que seria? Então, o que se ouve é coisa do gênero «os juros estão muito altos, tem que baixar os juros». Acontece que você não pode pegar, em política econômica, um fator qualquer e alterá-lo, sem que haja repercussão nos outros. Se você mexe no câmbio, automaticamente está mexendo no nível de exportação, está mexendo com o mercado interno, está mexendo no fundo com taxa de juros. É uma coisa muito encadeada.

Entendimento Nacional

Jornalista: Foi o caso da tentativa de acerto com empresários e trabalhadores?

Presidente: Foi. O Documento pelo Esforço da Estabilização Econômica, apresentado pelos empresários e trabalhadores, era do gênero «tem que baixar juros». E teve quem assinasse e depois ligasse para mim, dizendo: «Presidente, eu assinei, mas sei que esse documento é uma loucura, não quis ficar isolado etc.»

Jornalista: Era um pacto social pela inflação?

Presidente: Mas claro. Aquele documento não tinha pé nem cabeça. Indexava, baixava taxas de juros, até pagamentos de empreiteiras ele pedia. Então, é isso aí: enquanto eles ficarem em discussões periféricas ao cerne do programa, nós, talvez à falta de uma luz que nos inspire uma modificação, vamos continuar

nesta base. Aprofundar as reformas, trabalhar para apresentar um superávit em 1991, promover a reforma do Estado, combater os oligopólios.

Jornalista: O País não está cansado de planos? Quando, em meados do mês, o Governo anunciou o Plano de Economia de Combustível, a reação popular saiu pela culatra.

Presidente: Ai, a questão é a seguinte: nós não poderíamos deixar de tomar essa atitude. As análises que foram feitas — «o Governo se precipitou, o Governo não poderia tomar essas medidas» — partiam, nos dias seguintes, do princípio de que a guerra fosse uma coisa fácil. As informações de que nós dispúnhamos é que, eclodindo a guerra, seria por tempo muito longo. Há dois problemas na questão do Golfo. Um é o preço, que caiu, graças a Deus. Outro, o abastecimento. Mas, se nossos comandantes, nossos navios da PETROBRÁS, brasileiros, que sabem do interesse nacional de se manter um abastecimento compatível, botam na cabeça: «Não, não vou entrar na área do conflito», imagine-se os outros armadores. O petróleo pode estar até custando menos, mas tem que ir lá buscá-lo. E buscar é complicado. Está aí o exemplo de nossa própria tripulação.

Jornalista: Mesmo garantindo o abastecimento, aquelas medidas não acabaram provocando a curto prazo uma inflação, a pretexto da guerra?

Presidente: Se ontem, ou anteontem, tivesse chegado ao Brasil um navio com petróleo, não teríamos onde colocar. Nunca o Brasil esteve tão bem estocado de óleo, de gás, essa coisa toda. Portanto, a aceleração que houve é uma aceleração medida. Nós previmos isso, mas não poderíamos deixar de tomar as medidas de racionalização — fechar postos, reduzir a quantidade de combustível e de gás entregues ao consumo — porque é a única maneira que a sociedade tem para entender que há uma situação potencialmente complicada. Houve toda aquela correria do gás. Depois, as pessoas viram que não era o caso; o gás estava sendo entregue e voltamos à normalidade. Houve uma

redução de consumo, sim, nesses dias, e nós esperamos que possa aumentar daqui para a frente. Já houve uma redução de 10%.

Jornalista: E o efeito nos preços?

Presidente: Tudo no Brasil gera expectativa de inflação. Eu não me esqueço de quando o Motta Veiga (Luiz Octavio da Motta Veiga, ex-presidente da PETROBRÁS) deu uma declaração, dizendo: «Os preços têm que ser reajustados, há uma defasagem de 30% no preço dos combustíveis». O presidente do Sindicato dos Bares e Similares de São Paulo viu a notícia e expediu uma circular para todos os filiados do sindicato, anunciando que a partir daquele momento o cafezinho passaria de 10 para 15 cruzeiros. Nós o chamamos à Secretaria de Defesa da Economia e lhe perguntamos: «Amigo, vem cá, por que você aumentou? Não subiu a tarifa de água, nem o preço do açúcar, nem o pó do café, nem a energia elétrica. Como é que você botou 50% a mais no cafezinho?» E ele: «Ah, eu vi aquela declaração, apliquei os 13%. O preço ficou em Cr\$ 13,00, ia dar problema de troco. Arredondei para 15». Isso está na cultura.

Relação Empresários/Governo

Jornalista: O Governo previu errado a reação dos empresários?

Presidente: É uma eterna escola, essa de lidar com empresários — certos empresários, não podemos generalizar. Mas é muito interessante. E os telefonemas, as declarações que dão, os documentos que assinam e depois ligam para cá: «Olha, não é bem assim, eu queria que o senhor entendesse».

Jornalista: Isso é um caso real ou uma metáfora?

Presidente: Acontece normalmente. Não é só em política que as pessoas ligam e se desmentem. Eu sei que eles fazem isso com a confiança de que eu guarde o segredo. Mas não deixo de me

referir ao episódio como um sinal de que as coisas nem sempre acontecem como nós, simples mortais, acreditamos.

Jornalista: E o senhor ouviu calado?

Presidente: Eu pergunto, é claro que pergunto. Eles têm diversas razões, porque há disputas muito sérias entre eles. São muito interessantes esses empresários. Disputam tudo. Disputam primeiro estar de bem com o Governo e com o Presidente, ou seja — a questão dos favores. Ou falam alguma coisa favorável e ligam para dizer: «Olha, hoje dei uma declaração, saiu no jornal tal». Depois dão uma declaração contra e ligam também: «Tive que fazer, sabe como é, fui muito pressionado pelas bases». É a mesma coisa, a política partidária e a política empresarial. São iguaizinhas.

Jornalista: O senhor não pode fazer nada para se livrar disso?

Presidente: A situação já mudou muito. Eles estavam acostumados ao paternalismo do Estado, ao assistencialismo, à extrema sensibilidade do Presidente a qualquer pisada mal dada por um desses que se consideram os condestáveis do empresariado brasileiro. Estão aprendendo que, com este governo, o contato não é como eles estavam acostumados. Não mais desembarcam aqui em Brasília para tentar mudar planos e ministros. Isso não adianta mais. Quanto mais fazem campanha contra ministros, «fulano de tal vai cair», mais eu começo a prestigiar o ministro.

Jornalista: Ai adia?

Presidente: Ai adia, é? (Longa gargalhada.) Está ótimo!

Eleições em Alagoas

Jornalista: Apesar da vitória de seu candidato, não foi um mau negócio o senhor se envolver tanto na eleição do governo de Alagoas?

Presidente: Não, não. Diretamente eu não participei. Fui lá e a única coisa que eu disse foi uma frase: «Estão vendo que estou vindo muitas vezes a Alagoas. Eu quero dizer a vocês que virei 20 vezes 20. Porque 20 era o número do Geraldo Bulhões». Depois me reuni com os prefeitos e disse: «Olha, minha gente, é justo que Alagoas sofra o que está sofrendo? Alagoas sai com uma proposta de renovação, emplaca uma candidatura a Presidente da República, Alagoas tem um Presidente da República e exatamente neste momento acontece isso? Fraude, não sei o que mais, é urna que está errada, urna não sei de quê. Todo dia isso. Alagoas merece?»

Jornalista: Mas não foi o excesso de empenho federal que provocou isso?

Presidente: O único preso até hoje, em flagrante, é um líder local, que estava fraudando a favor do Renan Calheiros. Mas o importante é que, para se ter uma idéia, a maior vitória em eleições para o governo de Alagoas tinha sido a minha, em 1986, quando ganhei por 70 mil votos. O Geraldo Bulhões ganhou agora por 205 mil votos. Achar que se faz isso com fraude é uma loucura.

Jornalista: O senhor gosta de campanha, não é?

Presidente: Gosto. Gosto de povo.

Jornalista: Diz-se que o senhor mantém no Governo um estilo de campanha, que não gosta muito da rotina de administrar.

Presidente: Gosto das duas coisas. Sou um Presidente daqueles que administram 24 horas por dia. Gosto. Adoro. Minha mesa, por exemplo, a organização dela é assim. (Aponta um a um os objetos.) O que tenho de fazer hoje está aqui. A agenda está aqui. A caneta. Tenho tudo organizado. Esse livro está aqui porque de vez em quando passo a vista nele (*A nova riqueza das nações*, de Guy Sorman). Gosto muito disso. É o que me dá energia.

Reforma Constitucional

Jornalista: Por que o senhor, de repente, passou a dizer que a Constituição atrapalha? No começo não atrapalhou.

Presidente: Eu disse, logo no princípio, que nós havíamos feito no Brasil a maior reforma econômica, uma das maiores do mundo, com essa Constituição que aí está, ou apesar dessa Constituição.

Jornalista: Abrindo o debate da reforma constitucional, o senhor não corre o risco de apressar a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo?

Presidente: Não fui eu que abri. Em primeiro lugar, a própria Constituição é que abriu. Nas Disposições Transitórias estão o plebiscito e a revisão. Depois, eminentes líderes do Congresso, pessoas conceituadas fora do Legislativo, já afirmaram a necessidade de se rever a Constituição. O que estou fazendo é secundar essas pessoas na preocupação de que isso não seja feito em 1993, em véspera de campanha presidencial, quando ninguém terá a isenção necessária. A data ideal não é 1993. Agora, se o melhor é 1991 ou 1992, é assunto para se discutir.

Jornalista: O ex-presidente José Sarney tratou a derrota do parlamentarismo como uma questão pessoal. E o senhor?

Presidente: Algumas pessoas vieram com essa: «Então, vamos rever também o sistema de governo». Mas é claro. Eu não entendo, há gente tão miúda, mas tão miúda, que pensa que só por isso eu tenho que pensar miúdo também. É claro que não se pode fazer uma revisão da Constituição sem saber primeiro que sistema o País vai ter, se é presidencialista, se é parlamentarista.

Jornalista: Se der parlamentarismo o senhor se consideraria...

Presidente: Vitorioso. Mas que se faça o plebiscito, para escolher o sistema de governo. Como é que se vai discutir mudança numa Constituição, sem saber se é para funcionar num sistema presidencialista ou parlamentarista? Pode fazer, que façam à vontade, para mim não tem problema nenhum. Mas também acho que, se é para vir o parlamentarismo, é preciso recuperar antes o prestígio do Congresso. Minha intenção é trabalhar pelo parlamentarismo, reforçando a imagem positiva do Congresso. Porque esses que são candidatos a presidente, portanto, presidencialistas, vão fazer campanha contra, do tipo: «Você sabe o que é parlamentarismo? É o governo dos deputados, os deputados é que vão governar». E se a Câmara estiver nesse desprestígio, não vamos chegar lá não.

O Novo Congresso

Jornalista: O senhor está falando do Congresso novo ou do que saiu?

Presidente: O Congresso que agora está aí vem renovado em 60%, o que é bom, mas é também um Congresso que precisa fazer uma profunda reflexão sobre o resultado das urnas. Um total de sessenta e poucos por cento de votos nulos e brancos é uma coisa muito pesada. Se somarmos os votos de todos os parlamentares, se somarmos os votos de todo o Congresso, dá menos dos que os votos que eu tive para Presidente.

Jornalista: O senhor fez essa conta?

Presidente: Não cheguei a fazer, fizeram para mim. Esse é um negócio muito sério, eles têm que fazer uma reflexão séria sobre isso. Nas pesquisas de opinião, os políticos e os partidos costumam ocupar os últimos lugares em credibilidade. E o Presidente da República está em terceiro, depois da Igreja e do rádio. Existe uma enorme distância, na percepção popular, entre a política que se faz na Presidência e a política que se faz no Congresso.

Jornalista: Para melhorar sua popularidade, o Congresso não teria que cuidar menos de coisas vagas e tratar mais de problemas concretos?

Presidente: Exatamente.

Jornalista: O senhor estaria disposto a ceder espaço na administração a um Congresso mais ativo?

Presidente: Não é ceder terreno. Não é questão nem de eles cederem terreno, nem de eu ceder, mas de convivermos dentro de princípios democráticos.

*Entrevista concedida aos
jornalistas Marcos Sá Corrêa e Etevaldo Dias,
do Jornal do Brasil, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no Palácio do Planalto, publicada
no dia 3 de fevereiro de 1991.*

Visita a Açailândia (Maranhão)

Minha gente amiga de Açailândia,

Minha gente amiga de toda essa região de Imperatriz,

Vocês podem imaginar, a alegria que sinto quando volto a pisar o solo maranhense, o solo do Nordeste, o solo do portal da Amazônia que é a nossa querida Açailândia.

Açailândia serve de exemplo para o País. Até há uma dezena de anos, era um povoado pequeno com alguns pioneiros de enxada na mão, fazendo o seu cultivo se desenvolver e construindo o que mais tarde seria um grande município. O exemplo de obstinação, de trabalho e de coragem de vocês que construíram Açailândia deve ser seguido por todos os brasileiros que querem, como eu, construir um Brasil forte, desenvolvido e socialmente justo.

Minha gente, chego hoje ao Maranhão para instalar o projeto que vai ajudar ainda mais o desenvolvimento e a prosperidade da região. Um projeto que vai criar empregos, trazer fábricas e que, ao lado disso, vai também ajudar a preservar a natureza. O projeto da Companhia Vale do Rio Doce vai trazer novas oportunidades para que a população de Açailândia e os seus filhos possam ter a aspiração e o sonho de que daqui a mais alguns anos terão um emprego garantido e seguro.

Ouvi as palavras do nosso prefeito, que luta com dificuldades para gerir e administrar com honestidade as contas municipais.

país. O prefeito me fez uma solicitação para que fossem destinados recursos para continuar as obras para o saneamento e o abastecimento d'água de Açailândia.

«Vamos acabar com a romaria da lata
d'água na cabeça.»

Aqui na Praça do Pioneiro, tendo todos vocês como testemunhas, eu me comprometo, assim que o prefeito me trouxer os respectivos projetos, a continuar as obras de saneamento e, mais ainda, a acabar com a lata d'água na cabeça, jogando água para todo o município de Açailândia. Vamos, portanto, acabar com a romaria da lata d'água na cabeça, para deixar que a nossa dona-de-casa, que a mulher açailandense possa ter mais comodidade e mais conforto no trato dos seus familiares, no cuidado do seu lar.

Mas para que isso se torne cada vez mais realidade, é fundamental que todos nós estejamos unidos. E é esse o apelo que eu quero fazer não somente a vocês de Açailândia, não somente às lideranças políticas do Maranhão, aqui representadas pelo governador eleito Édison Lobão, mas a toda a comunidade e a toda classe política deste País, para vencermos as batalhas que temos pela frente.

Todos nós sabemos, minha gente, que a primeira condição para que possamos vencer uma guerra é que todos estejamos lutando do mesmo lado, pois não podemos nos dividir, não podemos nos fracionar. O Brasil exige de cada um dos seus filhos uma participação solidária junto ao Presidente da República para liquidarmos a inflação. É hora, portanto, de pensarmos no Brasil. O Brasil exige que cada um de nós, neste instante, esteja convencido de que é possível sim, minha gente, construir um país socialmente justo e desenvolvido, desde que estejamos unidos nessa tarefa.

É também possível deixarmos de lado as questões pessoais, as questões partidárias, para entrarmos nas fileiras do exército

de abnegados em que nos transformaremos, todos os brasileiros, para construirmos o Brasil novo dos nossos sonhos.

Ainda ontem, ouvi a mensagem de Sua Santidade o Papa João Paulo II. Ele falava do trabalho. Mas, para ter trabalho, é preciso ter quem dê emprego. E para ter quem dê o emprego, é preciso que tenha gente que invista na produção, na ampliação dos seus negócios. E para ter gente que invista nessa ampliação, ou em novas áreas, é necessário que a gente tenha um crescimento econômico sustentado. E para ter crescimento econômico sustentado, temos que acabar com essa praga da inflação, que todos vocês conhecem.

«Comigo não tem dia e não tem noite.
Enfrento os problemas de frente.»

Em momento nenhum poderemos achar que os nossos problemas serão resolvidos, enquanto não acabarmos definitivamente com essa praga da inflação. E isso não depende só do Presidente da República. Vocês sabem que tenho disposição para a luta e para o trabalho. Comigo não tem dia e não tem noite. Enfrento os problemas de frente. E vocês sabem disso. Mas essa é uma tarefa que necessita da participação de todos nós. Por isso, agradeço a todos vocês esta manifestação de carinho, de confiança e, sobretudo, de esperança no futuro da nossa Pátria. E quero, mais uma vez, solicitar a todos para que mantenham a confiança no Presidente e no Governo eleito democraticamente pela voz soberana das urnas em 1989. Sabemos que vamos ter muitas batalhas pela frente, mas saberemos também, minha gente, que em nenhum instante vai nos faltar a inspiração de Deus, a sua ajuda e as suas bênçãos, para que todos nós possamos encontrar a melhor maneira de participar, de uma forma construtiva, desse trabalho de reconstrução nacional, que vocês decidiram fazer pelas mãos do Presidente eleito em 1989.

Ao terminar as minhas palavras, não poderia deixar de fazer um agradecimento àqueles companheiros que abriram as

portas do Estado do Maranhão para o então candidato a Presidência da República, Fernando Collor. Quero agradecer aos companheiros que abrigaram, desde o início, a candidatura de um alagoano que veio daqui de perto, abrindo a sua trilha e fazendo o seu caminho com os próprios pés. Naqueles instantes iniciais, o Maranhão me acolheu pelas mãos generosas do Senador João Castelo e de toda a sua equipe, a quem quero, de público, agradecer e sempre lembrar, porque a gratidão é a memória do coração. Quero também agradecer o apoio que recebi, já no segundo turno das eleições, do Governador eleito Édison Lobão e de todos aqueles que formam seu grupo político, dentre os quais cito o Senador Alexandre Costa, também presente aqui neste palanque. Aos deputados, aos prefeitos, aos trabalhadores, aos presidentes de sindicato, a todos aqueles que em Açailândia me deram 73% dos votos nas eleições, o meu muito obrigado.

Volto ainda hoje para Brasília, onde tenho muitos trabalhos a executar, mas deixo um pedacinho do meu coração lançado aqui nesta praça, a Praça do Pioneiro. E a partir do momento em que o prefeito da cidade me encaminhar os projetos, serei o primeiro presidente a estar acompanhando o andamento das obras que serão realizadas em Açailândia. Ao deixar um pedaço do meu coração plantado aqui na Praça do Pioneiro, quero dizer a vocês que vou voltar para inaugurarmos a água de Açailândia.

Obrigado minha gente e até um outro dia.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na Praça do Pioneiro,
município de Açailândia, Maranhão,
no dia 14 de janeiro de 1991.*

Lançamento do Programa «Pólos Florestais» na Amazônia Oriental

O Brasil passa por um momento decisivo de sua história. Nunca foram tão grandes os desafios. Nunca foi tão férrea a vontade de um povo para mudar o País. Meu governo sempre esteve em total sintonia com esse clamor público, porque tem consciência de sua responsabilidade política na condução do destino de grandeza da nação brasileira.

Não é hora, portanto, de vacilações, insegurança ou fraqueza. O projeto de construir uma sociedade mais justa, mais desenvolvida e democrática exige do estadista coragem, força e determinação. O governo e o povo estão juntos na missão de mudar o País. Jamais frustrarei a confiança daqueles que, cansados de esperar por um futuro de prosperidade que nunca chegava, escolheram o programa de reconstrução nacional como via para alcançar a modernidade, superando os vícios da desordem econômica e do estado parasitário.

Quando venho a esta terra amiga, de gente digna e trabalhadora, quando vejo o potencial de prosperidade desta região, reforço minha convicção de que haveremos de vencer os desafios do presente. A fé deste povo honesto e nobre me emociona e me revigora. A cada dia sinto aumentar a esperança de que,

em breve, seremos uma nação plenamente desenvolvida e socialmente justa.

«Democracia é mudar pelo diálogo.»

O Brasil é maior do que todos nós. Ele é a nossa causa mais importante, porque a causa brasileira é a do respeito aos direitos humanos, do fim da impunidade, da dignidade do cidadão, do desenvolvimento com justiça social, da valorização da natureza. O País dos sonhos, que queremos legar a nossos filhos, já começou a ser construído com o esforço de cada um de nós. Todos passamos, mas o Brasil fica.

O exercício da democracia tem na vigilância da cidadania seu principal alimento. Respeitá-la é o dever de todo governante. Assim tenho procedido. Apenas acho justo pedir aos críticos que não se limitem à prática de censurar sem apresentar alternativas. Ser patriota, em um ambiente democrático, é contribuir com sugestões, propostas, idéias, para alcançar um futuro de prosperidade e harmonia. Democracia é mudar pelo diálogo.

«Uma região maior do que a Bélgica e a Holanda juntas será preservada integralmente.»

O propósito maior de minha visita ao Maranhão está relacionado com uma das diretrizes prioritárias de meu governo: a promoção do desenvolvimento com respeito à natureza. Meu governo, na defesa do meio ambiente, tem procurado ser coerente e adotar posturas exemplares, a ponto de termos conseguido passar de réus, no processo de denúncias internacionais contra o País, para a posição de vanguarda das iniciativas ecológicas de alcance mundial.

Tenho orgulho de proclamar essa conquista, pois ela é prova de que, com convicção e coragem, com coerência e visão de futuro, as mudanças profundas são possíveis.

O programa «Pólos Florestais» na Amazônia Oriental, que agora lanço, alcançará uma área básica de 250 mil quilômetros quadrados. Para se ter uma idéia do que isso representa, basta recordar que Portugal tem 92 mil km²; a Inglaterra, 244 mil km². As metas do programa incluem o reflorestamento de áreas já desmatadas, a disseminação de tecnologias apropriadas a cultivos em solo úmido, o plantio de várias espécies nativas da região, a preservação de mananciais hídricos, da fauna e da flora locais, a recuperação de solos em degradação, e outras realizações de alta significação ambiental.

Será preservada integralmente 30% da área reflorestada, isto é, uma região maior do que a Bélgica e a Holanda juntas. Os 70% restantes passarão a fornecer madeira para o abastecimento das indústrias situadas no entorno da Estrada de Ferro Carajás, com ênfase na produção de celulose. Esta última área estará em permanente estado de reflorestamento para se evitar qualquer impacto ambiental negativo no equilíbrio ecológico da região.

A geração de milhares de empregos será outra resultante do programa: é necessário criar condições de vida dignas para a população local, de forma a evitar que a miséria e a ignorância estimulem atividades econômicas de caráter predatório e danoso à natureza.

Os recursos para o programa serão alocados pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, a partir do crédito rural e dos fundos constitucionais do Nordeste e da Amazônia. Merece destaque, também, o fato de que a iniciativa, que engloba atividades de proteção e recuperação ambientais, será gerida por uma fundação privada, constituída pela Companhia Vale do Rio Doce e outras empresas privadas, que apoiarão os órgãos regionais de pesquisa. No conselho dessa fundação, estarão representadas as empresas instituidoras e os órgãos ambientais, científicos e de desenvolvimento regional do Governo Federal, numa perfeita simbiose entre Estado e iniciativa privada.

Num momento em que catástrofes ecológicas sem precedentes na história da humanidade ocorrem no Golfo Pérsico, o Brasil, na Amazônia, dá um exemplo ao mundo inaugurando um empreendimento no domínio da preservação ambiental de escala superlativa. Esse exemplo é uma mostra da maturidade de nosso povo e, sobretudo, uma profissão de fé no futuro de bem-estar para os filhos da nação brasileira.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante o lançamento do
programa «Pólos Florestais» na Amazônia Oriental,
na Fazenda Itabaiana, em Açailândia, Maranhão,
no dia 14 de fevereiro de 1991.*

Mensagem Presidencial Enviada ao Congresso Nacional, em 15 de Fevereiro de 1991

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Quero que esta Mensagem, a primeira que envio ao Congresso Nacional, no início da Sessão Legislativa, represente testemunho de meu apreço e de minha homenagem a esta instituição, essência do sistema democrático. Sirva também para reafirmar minha crença no papel central desempenhado por esta Casa, a que servimos meu avô, meu pai e eu próprio, na construção do destino da grandeza do País.

Uma das primeiras atitudes que assumi em meu governo foi a de, pessoalmente, entregar ao Poder Legislativo as medidas adotadas para a execução do projeto de reconstrução nacional. Há precisamente 11 meses, em meu discurso de posse no Congresso, assinalei que não poderia prescindir da colaboração permanente desta Casa. Esta convicção solidificou-se ainda mais: é imperioso o diálogo entre os Poderes, assim como a busca do consenso. A crítica independente não rejeita a convergência de opiniões e nem tampouco se compraz com a oposição sistemática.

A este Congresso renovado pelas eleições recentes, dirijo a minha palavra, abro as portas de meu gabinete e estendo a mi-

nha mão. Espero que o mútuo respeito que nutrem Legislativo e Executivo seja a base de um entendimento amplo, indispensável a esta tarefa maior que, afinal, é de todos os brasileiros: a construção de um Brasil mais justo e feliz.

Em meu discurso de posse, apresentei um projeto de transformação nacional, que havia sido consagrado pelas primeiras eleições diretas para a Presidência da República em 30 anos. Mudanças profundas, capazes de recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento harmônico, com paz social, eram reivindicações de toda a sociedade.

O relatório pormenorizado deste quase um ano de Governo, assim como os programas previstos para 1991, acham-se relacionados nos capítulos referentes a cada um dos Ministérios e Secretarias governamentais. A leitura desse documento demonstrará que, em pouco tempo, muito se fez, como fruto do trabalho e da dedicação de brasileiros que servem à causa pública com patriotismo. Sob um comando firme, ações de Governo seguem rumo claro e integrado.

Os Poderes funcionam em sua plenitude, com liberdade e independência.

A Nação responde ao projeto de reconstrução nacional de modo alentador: a cidadania deu seu aval convicto e inquestionável às medidas ousadas e difíceis, adotadas já nos primeiros dias de meu governo. Foi igualmente encorajadora e fundamental a reação do Congresso, que demonstrou compartilhar da mesma visão do projeto de transformação e modernização do País. Todos olhávamos para as melhores formas de realizar os objetivos de progresso, dentro do marco institucional adequado: o respeito aos preceitos constitucionais.

Esse delicado processo de promover mudanças profundas, dentro da mais estrita observância da Lei Maior, recentemente aprovada, exigiu a cooperação permanente dos Poderes constituídos. Deve-se ter presente que as mudanças legais e institucionais introduzidas pela Constituição de 1988 deram surgimento a uma série de situações inéditas, cujo equacionamento demandou interpretações e exegeses de políticos e de juristas. Nesse particular, orientações precisas, sábias e inspiradoras emanaram do Supremo Tribunal Federal.

«No marco da lei, começamos
a romper o círculo vicioso
das vantagens cartoriais, que premiavam
a ineficiência e encorajavam
a corrupção.»

Estavam criadas as condições para a arrancada decisiva rumo à consolidação democrática e à superação dos graves problemas nacionais. Sentimo-nos preparados para o embate cotidiano de idéias e concepções, que se estabeleceria entre os setores da opinião pública identificados com correntes ideológicas de oposição. Aí se encontra o alimento necessário à Democracia.

Estávamos cientes da resistência que enfrentaríamos ao contrariar interesses incrustados dos grupos que prosperaram à sombra do privilégio e do egoísmo. A modernização do País exigia o fim dos clientelismos. No marco da lei, começamos a romper o círculo vicioso das vantagens cartoriais, que premiavam a ineficiência e encorajavam a corrupção.

Sempre movido pelos anseios de justiça e de consolidação da transição política que o País enfrentava, busquei, desde as primeiras horas de meu governo, pautar minha conduta pela firmeza e objetividade nas decisões e pela lisura e equilíbrio no trato com os meus opositores.

O entendimento nacional é a única via para a superação não somente das crises que o Brasil enfrenta há décadas, mas também dos vícios políticos que há muito assolam esta Nação. Nesse sentido, as diretrizes de meu governo têm sido claras: criar uma sociedade moderna, que cultue a democracia como processo e como propósito. Dar combate prioritário e sem tréguas à inflação, a fim de promover uma real distribuição de renda, que permita a todos acesso aos padrões de consumo condizentes com o nível de desenvolvimento do País. Redefinir o papel do Estado na economia e na vida institucional da sociedade. Promover uma política social relevante, que ataque os dramas

nacionais na área da infância, da educação, da habitação, das secas, do índio. Renegociar a dívida externa sem comprometer o desenvolvimento nacional e sem mais sacrifícios em vão de parte dos brasileiros. Colocar o Brasil na vanguarda da proteção ambiental, ao tempo em que se incentiva o desenvolvimento industrial harmônico do País e se busca incentivar a pesquisa científica e tecnológica.

Senhores Congressistas,

Gostaria neste instante de deter-me em alguns temas que, por sua relevância ou oportunidade, merecem referências especiais.

O primeiro desses temas é o relativo à inflação. Desde o início de meu governo venho travando luta permanente contra a inflação. Os resultados obtidos são indiscutivelmente positivos, pois reduzimos a taxa mensal, que era de 81,3%, para cerca de 12,8%, em média, entre abril e dezembro. Causas cuja análise consta de capítulo específico nesta Mensagem explicam porque os resultados ficaram aquém do esperado. Posso afirmar-lhes, entretanto, que isso me encoraja a prosseguir no caminho traçado pelos imperativos de justiça social e racionalidade econômica. A luta para conter a inflação é sobretudo uma luta contra a injustiça. O agravamento da distribuição de renda no Brasil nos últimos anos, refletido nas pesquisas do IBGE, resulta, em essência, da ocorrência de altos índices inflacionários. Na corrida ascendente, os salários sempre perdem para os preços. Os desamparados são os menos capazes de ajustar seus ganhos aos novos níveis de preços.

Apesar dos inegáveis êxitos obtidos, expressos na redução da inflação, nos 10 meses consecutivos de superávit fiscal e na austera política monetária, a conjugação de fatores internos, como a quebra da safra agrícola e a falta de cooperação de alguns setores da sociedade, e de fatores externos, como o aumento de custos das importações e a incerteza gerada pela crise do Golfo, reverteram, em agosto último, as expectativas de inflação declinante. A reaceleração dos aumentos de preços indicou claramente ao Governo que cabia a adoção de novas medidas, capazes de aprofundar o programa original e que permitissem o prosseguimento das reformas econômicas.

As ações já empreendidas e as que submeti ao Congresso Nacional apontam na direção da modernização da economia. À transitoriedade da trégua nos preços — necessária à quebra das expectativas inflacionárias — sobrepõem-se o fim da indexação da economia, o aprofundamento da disciplina fiscal pelo maior controle do gasto público e das estatais, as reformas do sistema financeiro, a criação dos Fundos de Aplicação Financeira, e do Fundo de Desenvolvimento Social, a adoção de moderno indicador de referência para a taxa de juros que rompe a automática ligação entre inflação passada e futura, a implementação do Plano Diretor de Mercado de Capitais e da progressiva redução das alíquotas do Imposto de Importação.

«Estou consciente de que o necessário
ajustamento da economia pode
acarretar sacrifícios para
a sociedade.»

Não me afastarei da trilha da modernidade cujos marcos se evidenciam no elenco das medidas citadas. A jornada para esse novo patamar de desenvolvimento será mais curta e menos penosa na medida em que formos capazes de estancar a inflação.

Convido, assim, à reflexão os que tendem a contemporizar com os aumentos excessivos de preços, com os pleitos salariais acima do que seria economicamente viável e os lenientes com os desperdícios e ineficiências no Estado e suas empresas. Os indulgentes com a inflação estão coniventes com a injustiça social. A repartição mais justa da riqueza tem como pré-requisito a derrota da inflação. Esta não é uma bandeira só do Governo, mas uma aspiração de toda a sociedade brasileira, representada no Congresso em sua plenitude e legitimidade. Cabe, pois, a esta Casa o papel relevante de promover, pela chancela do Direito, e de induzir, pela formação de atitudes e expectativas, o processo de combate à inflação.

Estou consciente de que o necessário ajustamento da economia pode acarretar sacrifícios para a sociedade. A minoração desses sacrifícios, ou sua distribuição desigual, de maneira a poupar os menos afortunados, só poderá ser conseguida se os diferentes segmentos da sociedade e o Governo pactuarem entre si. O Congresso Nacional tem que ter participação decisiva na conquista desse entendimento: sobram-lhe competência e legitimidade e creio não lhe faltar empenho.

É no contexto da perspectiva da participação do Congresso que pretendo conduzir o País ao caminho da modernidade. Como assinalou em recente artigo um cientista social brasileiro, as transformações políticas que ocorreram nos últimos anos da década de 80, notadamente na Europa, aliadas às inovações tecnológicas que alteraram as tradicionais vantagens comparativas de um país, fizeram encolher o leque de opções administrativas dos governos. Eficiência, produtividade e economia de mercado não são mais palavras e expressões características dos países capitalistas. A grande globalização que presenciamos na economia mundial impõe competência na gestão macroeconômica e competitividade na produção de bens e serviços. Não há alternativa à crescente integração econômica mundial. A opção autárquica levará o País ao isolamento político e à falência econômica. As economias de mercado não somente produzem mais riqueza que as centralmente planejadas como ensejam mais liberdade e democracia. Isto nos demonstra a evidência histórica recente. O pluripartidarismo, de que os senhores congressistas são manifestação concreta, não se nutre da concentração da riqueza nas mãos do Estado mas, antes, de sua dispersão pelos diferentes agentes econômicos.

O Programa de Desestatização; a promoção da qualidade, da produtividade e da capacitação tecnológica; a desregulamentação da atividade econômica; a reforma administrativa; e a nova política industrial e de comércio exterior, nela compreendida a reforma tarifária, são realizações concretas e em pleno curso que demonstram que o Brasil escolheu o caminho da reforma para integrar-se mais rapidamente à nova sociedade internacional.

A modernização do Estado brasileiro e a adequação da economia aos imperativos da contemporaneidade não estarão

completas se não forem acompanhadas do reexame de normas e princípios consagrados no texto constitucional vigente.

A lealdade e a obediência que devoto à Constituição não me inibem de conclamar os senhores congressistas à tarefa de buscar seu aprimoramento. A abrangência dos 315 artigos do texto constitucional o torna permeável a modificações aperfeiçoadoras, já previstas pelo Constituinte de 1988, quando programou a revisão constitucional para outubro de 1993, que prestigiosos congressistas já postulam a antecipação.

Senhores Senadores, Senhores Deputados,

O desenvolvimento tem como ponto de partida e meta final o homem. O capital humano é hoje, certamente, o elemento primordial na promoção do crescimento econômico. Não se registra um só caso no mundo moderno de um país que esteja na vanguarda do progresso cujo capital humano seja de má qualidade. Os exemplos mais evidentes que hoje nos fornece a comunidade internacional são precisamente os de países que alcançaram riqueza num quadro de carência de recursos naturais, mas abundante de recursos humanos de boa qualidade. São esses recursos que possibilitam a geração de tecnologia, fator decisivo no mundo moderno na separação entre ricos e pobres. O investimento na formação intelectual é tarefa a que atribuo grande prioridade, como forma de melhorar drasticamente o atual quadro brasileiro, de insuficiente e comprometedor taxa de escolaridade, no ensino fundamental. A disseminação do conhecimento é poderoso indutor de mobilidade social vertical e, por conseguinte, da distribuição da renda. A educação está na base da riqueza das nações.

«A dramática situação da infância
no Brasil exige providências imediatas.»

Particularmente nesse campo, o trabalho do Executivo depende em muito do Legislativo: peço aos senhores congressistas empreenderem ação determinada junto aos governos esta-

duais e municipais para que sejam alocados recursos ao ensino de primeiro e segundo graus no montante mínimo determinado pela Constituição. Os esforços que o Governo Federal está empreendendo para desenvolver programas de alfabetização em massa necessitam ser complementados pela educação básica, cuja responsabilidade constitucional cabe também aos estados e municípios.

A dramática situação da infância no Brasil exige providências imediatas. A perda considerável de vidas ceifadas prematuramente, em razão da fome, da má qualidade do atendimento do sistema de saúde e da falta de saneamento básico; o abandono de milhões de crianças que perambulam por nossas cidades, expondo-se a todo tipo de degradações e violência, é uma tragédia que tem de acabar. Meu governo, com sentido de urgência, tem trabalhado para reverter esse inaceitável panorama, mediante a mobilização racional de recursos financeiros e humanos. O projeto do «Ministério da Criança» é o instrumento institucional mais adequado para coordenar as ações que estão sendo desenvolvidas na assistência à infância.

Cada menor abandonado é um sinal de alerta que deve despertar dor de consciência em todo cidadão movido pelos ideais de justiça e de respeito aos direitos humanos. A missão de pôr termo a esse estado de coisas talvez seja das tarefas mais nobres e inspiradoras de meu governo. Conto com a ajuda do Congresso Nacional para alcançar esse objetivo.

A preocupação e a seriedade com que os Poderes constituídos da República têm tratado as questões sociais no País estão contribuindo para a fixação de uma nova imagem do Brasil no exterior.

No domínio da política externa, o Brasil tem sido protagonista de decisões importantes e tem participado ativamente no encaminhamento dos grandes problemas mundiais. Sob meu governo, a luta pelo desenvolvimento ganhou nova feição e novo direcionamento, erigindo como componentes básicos do esforço de modernização a maior abertura à competição externa e a inserção crescente do Brasil na economia internacional. Esse conjunto integrado de decisões de política econômica amplia de forma substancial as oportunidades de cooperação para parcei-

ros internacionais do País nas áreas comercial, financeira e tecnológica. Uma das conseqüências de grande monta dessa ampliação de oportunidades é o novo impulso que se pôde dar, pelo lado brasileiro, ao processo, que já se encontrava em curso, de aproximação e integração com os países da América Latina e, em particular, com nossos vizinhos do Cone Sul.

O ganho de legitimidade no quadro interno do País, a defesa intransigente das liberdades públicas e dos direitos humanos, e a prioridade concedida à preservação ambiental projetam na cena internacional uma nova imagem da sociedade brasileira. A defesa clara dos princípios cardeais do «Direito das Gentes», o respeito estrito às decisões emanadas dos organismos internacionais e a coerência e a transparência de nossa atuação passam a gerar maior confiabilidade ao País e configuram possibilidade de uma inserção mais eficaz no meio internacional.

O tema da dívida externa é uma das questões de que trato com interesse e prioridade, pois todos sabemos que do equacionamento equilibrado e racional desse problema depende o futuro da integração da economia brasileira no fluxo internacional de comércio e investimentos. Tenho procurado encetar negociações sérias e realistas com os credores do País, a fim de alcançar soluções de compromisso que possam ser efetivamente honradas, sem sacrifícios adicionais para a Nação.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Os cidadãos de boa-fé sabem que nesse primeiro ano de Governo não poupei energia e esforço para dar o encaminhamento correto e legítimo aos principais problemas nacionais. Encontrei nesta Casa apoio e inspiração para governar sob o signo da transparência, com a perspectiva da complexidade e amplitude das gravíssimas questões que estão a exigir solução imediata e, se possível, definitiva. Procurei governar com absoluto sentido de prioridade.

Procurei, igualmente, governar com autoridade, com firmeza, sem transgredir, contudo, os preceitos da legitimidade. A generosidade, a imparcialidade, a disposição permanente para o diálogo foram balizas para minha conduta.

Procurei, ainda, governar de acordo com o projeto que foi consagrado nas urnas, mas sem preconceitos ideológicos, sem-

pre disposto a ouvir e a buscar o consenso. Mantive permanentemente o sentido do interesse nacional, lastreado, embora, na percepção clara de nossa posição no mundo: o Brasil não pode ceder ao provincianismo, mas tampouco pode iludir-se com um cosmopolitismo ingênuo.

Acredito que, em seu conjunto, o balanço desses primeiros meses de governo é extremamente positivo. Não ignoro, nem subestimo, eventuais falhas ou omissões. Por todas elas sou responsável. Não se deve, contudo, ignorar a conjuntura nacional e internacional nem sempre favoráveis. Os resultados colhidos até o momento deixam-me confiante: eles demonstram que as mudanças são possíveis, que o povo brasileiro aceitará o sacrifício passageiro, se sentir que dele advirá um tempo de prosperidade, justiça e paz social.

Estou convicto de que a construção de um Brasil novo depende do trabalho individual de cada brasileiro. Talento e recursos naturais são relevantes, mas sem trabalho árduo não se constrói uma grande nação.

A construção desse Brasil novo, porque depende essencialmente da nossa vontade e constitui tarefa de todos e de cada um, haverá de ser conduzida em clima de diálogo e de entendimento — sem barreiras intransponíveis entre o Governo e oposição — no marco de pluralismo político consagrado no primeiro artigo da nossa Constituição.

*Mensagem enviada por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
por ocasião da abertura da
1ª Sessão Legislativa da 49ª Legislatura,
do Congresso Nacional,
no dia 15 de janeiro de 1991.*

X Reunião Ministerial

O ano de 1991 é decisivo para a consolidação do projeto de Governo, democraticamente endossado por milhões de brasileiros que pensam, como todos nós, que é possível mudar este país. Hoje, mais do que nunca, a Nação sabe o que quer e demonstra uma vontade férrea e inabalável de conquistar, em definitivo, o bem-estar, a prosperidade e a justiça social.

Devemos, como equipe de Governo, ser absolutamente fiéis a essa vontade, trabalhando, de forma incansável, para que as aspirações nacionais se realizem.

Nesta primeira reunião ministerial do ano, necessitamos refletir sobre o muito que já foi feito e o que ainda temos de fazer. Sobre o acerto e a eficiência das medidas que temos adotado, suas limitações e a melhor forma de aperfeiçoá-las. A consciência do dever sendo cumprido de forma continuada é inspiração para as imensas tarefas dos próximos meses.

Partimos de um projeto de modernização que constitui uma opção séria, consistente e legítima. O homem das ruas sabia, desde o primeiro momento, que o projeto de reconstrução nacional não prometia milagres, mas apresentava um plano de trabalho que exigia sacrifícios e esforços de todos e de cada um, porque essa sempre foi a fórmula para o êxito em qualquer empreendimento humano. Foi assim que os países modernos e desenvolvidos construíram a sua riqueza e pujança. Com muita

dedicação e trabalho. Sempre com muita dedicação e trabalho, como estamos realizando no nosso governo. Os milagres em economia, como nós sabemos, não existem: a trilha da prosperidade só se percorre com a coragem, a disposição para o trabalho, a vontade de vencer e com o aprendizado que vem da experiência do cotidiano. Sabemos também que a prosperidade constrói-se com respeito à lei e ao direito. Nos dias de hoje, pregar ações de violência e avalizar atos ilegais soam absurdo. São insólitos ecos de um tempo ultrapassado; no Brasil e no mundo, a cidadania prefere o caminho da paz.

«O Governo jamais pretendeu ser infalível.»

O brasileiro está disposto a conhecer os problemas como eles são, sem escamoteá-los, sem aceitar soluções simplistas, que só adiam as crises e perpetuam o dramático quadro social, que penaliza milhões de adultos e crianças indefesas, que não poderiam continuar a viver sem que uma ação imediata fosse desencadeada. Temos um projeto e sabemos, todos, como realizá-lo: essa mudança de direção da sociedade e do governo é a maior conquista desses primeiros meses de nosso mandato.

O Governo jamais pretendeu ser infalível. O Governo nada pôde sem o apoio firme e convicto dos cidadãos. Governar, num regime democrático, não é um ato solitário, mas sim a busca renovada do entendimento e do consenso. Independentemente de coloração ideológica ou afinidades pessoais, o diálogo com os setores representativos da sociedade tem sido permanente e aberto: pessoalmente ou por intermédio dos integrantes de minha equipe, tenho procurado colher reações quanto aos rumos traçados e metas conquistadas, no processo de reconstrução nacional. A disposição do Governo para o entendimento se sustenta na convicção de que um futuro melhor para o País só se forja com a participação ampla e construtiva de todos os brasileiros. A causa é o Brasil, sua gente, seus sonhos.

As reações a esse chamamento têm sido, em regra, positivas. Em minhas viagens pelo Brasil, visitando regiões pobres e

carentes, é gratificante verificar que a esperança continua viva. Associações civis, lideranças sindicais e empresariais, políticos representativos atendem ao diálogo, e se mostram dispostos a cooperar, porque sabem que esse é o caminho necessário da transformação. Infelizmente, em setores que, por sua posição social ou econômica, têm a obrigação da perspectiva de longo prazo, encontro a defesa inaceitável de interesses paroquiais e imediatistas, que atentam contra o bem público. Na economia, aproveitam-se das distorções de certos segmentos do mercado, ainda oligopolizados, para fazer valer absurdas vantagens. Na política, imaginam que, ainda hoje, a margem efêmera da popularidade se alcança com soluções fáceis e falsas para os problemas sociais. Fogem, assim, à responsabilidade de fortalecer o entendimento nacional, de consolidar as instituições; fogem à cooperação, que é a exigência absoluta do momento.

A reflexão, a que convido a sociedade brasileira, tem contornos e propósitos essencialmente políticos. A análise objetiva e equilibrada do quadro vigente revela que a estabilização econômica e a consolidação institucional dependem tanto da dimensão política como da psicológica, além da eficiência das ações de Governo. Tornou-se imprescindível alcançar um entendimento sobre o sentido da modernização, bem como das tarefas prioritárias do Estado. Fazer política, agora, não poderá ser mera luta por poder e influência, desvinculada de objetivos mais amplos e permanentes. Insisto: fazer política hoje em dia mais do que nunca, é buscar unir e não dividir.

«Fazer política não poderá ser mera
luta por poder e influência,
desvinculada de objetivos mais
amplos e permanentes.»

O exercício da crítica, num regime democrático, é essencial e desejável. Respeitá-lo é o dever de todo governante. A crítica, porém, não deve limitar-se à prática de censurar, sem apresen-

tar alternativas. Não pode se confundir com o preconceito, não pode se confundir com a oposição sistemática e inconseqüente. A crítica construtiva e patriótica ultrapassa de muito a defesa mesquinha dos interesses de determinados grupos. É fundamental oferecer propostas que visem o bem comum da Nação.

As medidas econômicas de 1º de fevereiro são o fruto e o exemplo da coerência e a lógica do projeto que defendemos desde os momentos iniciais do Governo. Eram necessárias, sim, para o aprofundamento do programa original de estabilização da economia, que eliminou a ameaça da hiperinflação e iniciou a reforma estrutural do Estado. A gravidade da hora, decorrente das incertezas geradas pela crise do Golfo Pérsico, pela perspectiva de uma safra agrícola de resultados ainda não conhecidos e pela intolerância de certos agentes econômicos, inconformados com a perda de seus privilégios, exigia ações decididas e urgentes, como as que foram tomadas.

Os setores produtivos da economia devem aceitar uma trégua de preços agora. Ela certamente envolve sacrifícios no curto prazo, mas trará benefícios coletivos no médio e longo prazos. Em seu conjunto, as medidas são a garantia para a plena vigência futura da economia de mercado. O Brasil tem fragilidades estruturais que aos poucos vão sendo superadas. A economia de mercado irá sendo conquistada à medida em que os resultados das reformas estruturais que estamos promovendo se fizerem sentir na redução dos custos de produção, no avanço tecnológico do parque produtivo, no aumento de competitividade e na maior integração do Brasil à economia internacional.

«O fisiologismo, a demagogia,
o paternalismo, a fuga e a omissão
são os piores inimigos da classe
política.»

O Parlamento, agora renovado, tem de ser o pilar-mestre na construção desta nova realidade. O Parlamento é a síntese de

todos os poderes. Numa democracia institucionalizada, o Presidente da República deve ser árbitro e também deve assumir seu papel constitucional de liderança. Não pode, porém, jamais, ser protagonista isolado. A classe política deve articular-se para compartilhar com o Executivo a responsabilidade de mudar o Brasil.

Sem organizações partidárias sólidas não se dá consistência à ação de governar num regime presidencialista, nem se viabiliza a eventual instauração do parlamentarismo. A questão partidária não pode, todavia, prescindir do exame objetivo de ações que a realidade impõe. O fisiologismo, a demagogia, o paternalismo, a fuga e a omissão são os piores inimigos da classe política, porque sempre minam sua credibilidade e solapam a estabilidade institucional.

Os encontros que venho mantendo com governadores, senadores e deputados e outras lideranças demonstram que não é somente a ideologia partidária que determina a avaliação de cada um desses políticos da atuação governamental. Muitos deles concordam integralmente com o sentido das mudanças que vimos promovendo. Muitos deles, ademais, têm contribuído com críticas e sugestões pertinentes, que estão sendo acatadas, na medida em que aperfeiçoem o projeto de modernização. Objetividade e visão pragmática não são incompatíveis com as ideologias partidárias. Ao contrário, são o seu mais precioso alimento.

As propostas do Poder Executivo na área Legislativa não tencionam de nenhuma forma inibir as ações do Congresso Nacional. Elas respondem, isto sim, ao clamor público por mudanças urgentes e inadiáveis; elas visam garantir a governabilidade e a preservação do equilíbrio institucional. Essa foi a clara mensagem expressa na Constituição de 1988, que consagrou o dispositivo da medida provisória. Sua utilização tem-se balizado por critérios estritos e legítimos. Alguns queixam-se da utilização reiterada desse instrumento legal, mas se esquecem de mencionar as conquistas, inúmeras conquistas, irreversíveis conquistas e as profundas reformas alcançadas por intermédio das medidas provisórias.

O controle da inflação, a reforma do Estado, as transformações estruturais que o País reclama exigiam ações decisivas e tempestivas. A hiperinflação, o desperdício abusivo dos recursos escassos do setor público, a manutenção de privilégios odiosos que beneficiavam certos segmentos, a luta contra a miséria demandavam determinação e pulso por parte do governo. Para o trabalhador, que via minguar a cada dia seu poder aquisitivo, que via faltar à mesa o alimento para sua família, as soluções não podiam tardar. Ele desejava respostas urgentes para seus problemas, e tinha todo o direito de pleiteá-las.

O Congresso Nacional deve refletir sobre esses fatos e ajudar-nos, sem preconceitos paralisantes, a acelerar e aprofundar as transformações institucionais que a Nação pede. Não é hora de enfrentamentos. A gravidade do momento exige grandeza, grandeza cívica, diálogo permanente, abnegação e, sobretudo, maturidade política.

Ouçõ com atenção manifestações das novas direções da Câmara e do Senado: dão testemunho da vontade de revigoremento da atividade do Legislativo, essencial para o avanço do processo de reconstrução.

O compromisso de austeridade que tem sido afirmado pelos governadores eleitos é igualmente alentador. Refletem a compreensão de que a racionalização de despesas e o saneamento do Estado são obras abrangentes, que devem mobilizar também os executivos estaduais e municipais.

Na avaliação desses primeiros meses, é imperativo mencionar o trabalho exemplar desenvolvido pelo Poder Judiciário. As decisões do Supremo Tribunal Federal têm sido bússola firme na defesa da constitucionalidade. O Tribunal Superior do Trabalho vem contribuindo decisivamente para aproximar empresários e trabalhadores, pois as sociedades modernas se apóiam nos pontos de harmonia e trabalho comum das classes sociais.

*Senhor Vice-Presidente, Senhores Ministros,
Senhores Secretários, Senhor Líder do Governo
na Câmara dos Deputados,*

A conjuntura internacional é condicionante central de nossos esforços. Com decisões expressivas para a liberalização co-

mercial, estamos definindo um novo perfil de integração do País à economia internacional. Por meio de programas adequados de incentivo empresarial, estamos criando condições de efetiva competitividade para a economia brasileira.

«A dívida brasileira não pode
continuar a ser vista como
mero problema bancário.»

No momento, e por diversas razões, preocupa-nos a crise do Golfo. Nossas posições diplomáticas são bem conhecidas e se traduzem no firme e imediato apoio às resoluções da ONU. Não podemos admitir quaisquer violações ao direito internacional. Essas transgressões sempre têm conseqüências negativas para todo o delicado tecido da ordem internacional. Tais violações devem, portanto, ser superadas. Porque elas não podem e não deverão subsistir.

De outro ângulo, o conflito trouxe imediatas repercussões de ordem econômica, as quais nos obrigaram a adotar ações preventivas que visam proteger, no curto prazo, a nossa situação energética. A população brasileira compreendeu o sentido das medidas e as tem apoiado. Não podemos saber se a crise terá repercussões ainda de maior profundidade no nível de atividade econômica mundial, com efeitos recessivos, como já vem ocorrendo em várias partes do mundo.

Uma questão grave foi a falta de conclusão da «rodada Uruguai» do GATT, que gera preocupação sobre o futuro dos fluxos internacionais de comércio. Se persistirem os impasses, poderá ocorrer a formação de megaespaços plurinacionais, de índole eminentemente protecionista, com conseqüências amplamente negativas, como nós bem podemos prever. Temos que nos empenhar em alterar o quadro negociador para que se alcance o consenso equilibrado, que sirva efetivamente à intensificação do comércio mundial.

Continuamos a empreender esforços para superar as dificuldades que o País vem enfrentando na questão da dívida externa. Propostas sérias e factíveis foram levadas à mesa de negociação. A dívida brasileira não pode continuar a ser vista como mero problema bancário. Trata-se do futuro de uma das maiores e mais importantes economias do mundo. Os credores do Brasil devem aceitar o fato de que o crescimento econômico é um imperativo para o País. Eu espero que isto ocorra e um acordo, bom para os dois lados, seja brevemente alcançado. A disposição negociadora do Brasil é permanente.

«O Brasil será um país
verdadeiramente desenvolvido
quando der condições de vida
dignas aos mais frágeis
e desassistidos de seus
habitantes.»

A severidade dos desafios conjunturais não desviou a atenção do governo dos problemas sociais mais urgentes deste País. As questões da seca, do índio, da criança e do meio ambiente mereceram absoluta prioridade. Além de atender às mais elementares noções de justiça, o encaminhamento eficaz desses temas serviu para melhorar a imagem do Brasil perante a comunidade das nações. Essas questões, que atingiram limites intoleráveis, estão sendo efetivamente superadas. O Brasil já começou a mudar, pondo termo à impunidade daqueles que agredem a natureza, violam os direitos humanos e insistem na permanência de privilégios odiosos e mesquinhos. De todos esses problemas, o que nos mobilizou com mais forças foi o da criança. O Governo aceitou a obrigação moral de alterar a situação da criança brasileira e medidas decisivas já tomadas prometem resultados significativos a curto prazo.

O Brasil será um país verdadeiramente desenvolvido quando der condições de vida dignas aos mais frágeis e desassistidos de seus habitantes.

*Senhor Vice-Presidente, Senhores Ministros,
Senhores Secretários, Senhor Líder do Governo
na Câmara dos Deputados,*

Nesta reunião, cumpre-me elogiar a coerência e lealdade da equipe e de nossos líderes no Congresso Nacional ao País, aos nossos ideais e ao Presidente da República. Eles souberam ser eficazes e objetivos. Souberam, também, compreender que o esforço de modernização envolve, necessariamente, a modificação da face social do País. A união de toda esta equipe é um dos principais trunfos para ações consistentes de Governo. A unidade de comando, essência da essência do poder executivo. O conflito de interesses e a defesa de posições conflitantes encontram no Poder Legislativo o seu canal natural de expressão. O mesmo não ocorre no âmbito do Executivo: aqui prevalece o comando coordenado e firme de todas as ações.

Nunca o Brasil esteve tão motivado e consciente para a reforma de seu aparelho de Estado. O combate ao gigantismo estatal, o fim das mordomias e a desregulamentação da economia eram das mais importantes reivindicações da sociedade brasileira. Os avanços nessa área foram significativos. Muito ainda resta por fazer, mas estamos prontos e vamos realizá-los.

Podemos, sem dúvida, ter orgulho do muito que fizemos nesses primeiros onze meses de Governo. As tarefas pela frente são imensas, mas nunca serão maiores do que a certeza de que as realizações virão. A nossa maior conquista exprime-se pela confiança do povo, pela confiança popular, que acredita que o País desenvolvido, moderno e justo, que todos queremos, está ao alcance das nossas mãos.

O ano de 1991 é o da consolidação das conquistas. Os temas e as metas estão definidos e cada um de nós conhece a sua parte no trabalho:

O diálogo político será ampliado, na busca permanente de entendimento, base necessária para a construção de um Brasil moderno. As relações com o Congresso Nacional serão mais profundas e densas, forjando a solidariedade entre Legislativo e Executivo, fundamental para a consolidação democrática.

O processo de modernização da economia dará decisivos passos adiante, e sempre na direção da liberdade empresarial, embora ainda com a fiscalização dos oligopólios, para que nós possamos atingir a plena vigência das regras de mercado.

Vamos atacar com firmeza os problemas conjunturais e debelar definitivamente o vício de uma inflação renitente.

As negociações da dívida externa continuarão a ser conduzidas consoante os melhores interesses nacionais.

A reforma do Estado avançará e, a cada dia, a máquina estatal será mais leve, mais ágil, menos onerosas, mais eficiente, de forma a prestar melhores serviços aos cidadãos brasileiros.

Educação, saúde, ciência e tecnologia, preservação ambiental são pilares de uma sociedade moderna e justa. Continuarão a merecer atenção prioritária do Governo.

No campo social, nós iremos intensificar os esforços para a solução definitiva dos problemas das nossas crianças.

Os programas de atualização das Forças Armadas terão prosseguimento.

No plano internacional, a agenda é ampla: vamos continuar o caminho da inserção competitiva na economia internacional. Continuaremos a dar a prioridade necessária às relações com os nossos vizinhos, entre as quais avulta o processo de integração no Cone Sul. A paz, a cooperação e o diálogo serão a marca de nossa atuação no sistema internacional.

Todas essas são metas que dão continuidade ao processo de reconstrução iniciado a 15 de março. Por isso mesmo são necessariamente ambiciosas. Sei que os caminhos que nos levam aos nossos objetivos e propósitos são árduos. Encontraremos obstáculos, dificuldades inesperadas. Nada, porém, nada nos abaterá, porque a realização dessas metas é absolutamente necessária para a modernização do País e para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Temos que continuar avançando, e vamos avançar. A confiança do povo brasileiro na vitória é a nossa maior arma. A história obriga-nos a desenhar grandes objetivos para uma grande nação. Não existe outra rota para a justiça social.

Temos um futuro promissor. Uma enorme tarefa a realizar.
Vamos a ela, todos juntos, unidos e solidários.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante a X Reunião Ministerial,
realizada no Palácio do Planalto,
no dia 18 de fevereiro de 1991.*

Visita à Estação Comandante Ferraz, na Antártica

A visita que ora realizo, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro à Antártica, atesta a plena integração de meu governo com os demais países do Tratado da Antártica, que está por completar 30 anos de existência. Como esses países, o Brasil assumiu o compromisso de assegurar a este imenso continente um destino voltado para a paz e para a ciência, estranho a qualquer atividade militar e livre do risco de contaminação nuclear.

O sucesso alcançado quanto aos objetivos do Tratado conduz agora seus membros ao esforço de regulamentar a conservação da natureza antártica, visando resguardar suas características originais dos efeitos de um previsível aumento da presença humana. O conhecimento progressivo desse território, cuja extensão desperta o respeito de seus estudiosos, é necessário à compreensão da riqueza de sua contribuição para a vida em nosso planeta. Graças à liberdade de pesquisa científica assegurada pelo Tratado, a Antártica é objeto de interesse especial, nas ciências da vida, da terra e da atmosfera. Passamos, assim, a conhecer melhor um continente que tem fundamental importância para o clima mundial e que abriga cerca da metade dos recursos vivos dos oceanos.

É inabalável o compromisso do Brasil, que se tornou parte consultiva do Tratado em 1983, com os seus objetivos primor-

diais. Nossa atividade científica tem-se mantido em níveis elevados, e agrada-me destacar nossas pesquisas a respeito da camada de ozônio e, nas ciências da vida, a respeito do *Kril*.

A dedicação de setores da sociedade civil brasileira, a dedicação expressiva da comunidade científica nacional e de diversas instituições oficiais resulta numa colaboração efetiva, que permite o perfeito desenvolvimento do nosso Programa Antártico. É exemplo expressivo da atuação do Brasil na Antártica o modelo funcionamento da Estação Comandante Ferraz. Guarneçada por um grupo-base da Marinha brasileira, e abrigando representantes da comunidade científica, tanto no verão quanto no inverno, a Estação Comandante Ferraz não surpreende aqueles que, como eu, tiveram conhecimento das referências que lhe fazem, notadamente organizações ecológicas internacionais.

O perfeito entrosamento que aqui encontrei com os mais elevados objetivos do Tratado, por parte dos executores do Programa Antártico Brasileiro, reflete o empenho do Governo do Brasil em garantir às gerações futuras a natureza exemplarmente preservada que ora nos recebe.

Parabéns a todos aqueles que participam deste trabalho, parabéns a todos aqueles que se empenham em demonstrar que este continente, com a preocupação de toda a humanidade, estará sempre imune a toda e qualquer atitude que desmereça a sua beleza, que desmereça a sua ecologia.

Muito obrigado a todos os senhores e meus parabéns ao Comandante que dirige a Estação Antártica Comandante Ferraz.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
durante visita à Estação Comandante
Ferraz, na Antártica,
no dia 20 de fevereiro de 1991.*

Lançamento do Programa de Competitividade Industrial

Desde o primeiro dia do meu governo estamos tomando providências no sentido de apoiar a modernização da indústria brasileira. Já se percebe que a nossa economia respira um ambiente de crescente competição, resultado da desregulamentação, da abertura às importações e do combate sem tréguas aos cartéis e àqueles que continuam agindo contra o projeto nacional de construção de uma economia de mercado contemporânea.

A reestruturação da indústria também tem sido objeto da nossa atenção. Diversas medidas já foram adotadas neste sentido, como a definição da política tecnológica e o lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Basta a leitura dos jornais para percebermos, através dos inúmeros artigos publicados, que, muito em função disto, qualidade, produtividade e capacitação tecnológica estão hoje no centro das atenções das empresas brasileiras.

Neste momento, estamos apresentando o Programa de Competitividade Industrial — PCI, etapa final da formulação da nossa estratégia na busca da produção de bens e serviços em padrões internacionais de preço e qualidade.

A abordagem sistêmica da competitividade, mencionada pela Ministra da Economia, indica que esta é uma tarefa de todos

nós, governo, empresários e trabalhadores. É através da competitividade de toda a economia brasileira que retomaremos o crescimento de forma sustentada e em novas bases, ampliando o nível de empregos e gerando mais riquezas.

É através da competitividade que os investimentos estrangeiros, fundamentais na nossa empreitada de modernização e crescimento, voltarão a fluir para o País. Enganam-se aqueles que explicam os reduzidos investimentos estrangeiros realizados no Brasil, na última década, apenas considerando a escalada inflacionária e a crise da dívida externa. Na verdade, com a globalização da economia e com a abertura dos mercados às importações, o investidor procura países que permitam a produção de bens e serviços em padrões mundiais. É por este motivo que os países que respondem por 80% dos investimentos estrangeiros — Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Alemanha e França — são os receptores de 60% destes mesmos investimentos. Em 1981, 37,8% dos investimentos estrangeiros iam para os países em desenvolvimento, e em 1988 este percentual caiu para apenas 9,8%.

A política econômica do Governo e os esforços de estabilização macroeconômica que estamos realizando são a base indispensável para a competitividade. Ressalto, no entanto, que a construção da estabilização e a busca da competitividade possuem uma relação recorrente. Somente o enfrentamento imediato, persistente e obstinado dos problemas que se acumularam no sistema econômico e nas empresas, ao longo dos muitos anos de crise e deterioração, pode reconstruir a perspectiva de longo prazo, sem a qual a estabilização não pode ser alcançada.

«As deficiências da estrutura educacional do País são um grande obstáculo à competitividade.»

Os anos de 91 e 92 serão marcados na nossa história econômica como os anos em que a reestruturação competitiva da in-

dústria brasileira ocorreu com grande intensidade. As empresas perceberão que o custo do investimento no Brasil diminuirá e que o mercado nacional tem grande potencial. Aqueles que acreditarem neste novo tempo e investirem agora serão os sócios privilegiados do Brasil novo, nacionalmente justo e economicamente desenvolvido.

Mencionei no dia 7 de novembro do ano passado, quando do lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, que iremos fazer uma revolução no nosso sistema educacional. Vamos reorientar o esforço institucional e financeiro do poder público para o ensino básico, colocando os ensinamentos técnico e superior em sintonia com a orientação das políticas industrial e tecnológica do País, determinadas para sustentar a competitividade em padrões internacionais. As deficiências da estrutura educacional do País são, além de grave problema social, um grande obstáculo à competitividade.

Desta maneira, destaco entre as medidas anunciadas a criação da comissão que irá propor, no prazo de 60 dias, uma reformulação dos ensinamentos técnico e superior. Não poderemos continuar alocando 70% dos recursos públicos federais em educação para custear o ensino superior, enquanto o exemplo dos países desenvolvidos nos ensina que esta proporção deve ser inversa em favor da educação básica. É certo também que a educação como um todo precisa de recursos crescentes para poder exercer o seu papel transformador da realidade brasileira. Repito, vamos fazer a revolução educacional deste País.

O Governo está fazendo a sua parte agindo nas dimensões sistêmica e setorial da competitividade. Estou certo de que os empresários brasileiros saberão agir conosco na dimensão setorial, e executarão as tarefas necessárias no campo da competitividade empresarial. A comissão criada será de extrema importância no acompanhamento e no aperfeiçoamento do Programa de Competitividade Industrial.

Senhoras e senhores, continuamos determinados no cumprimento do nosso programa de governo. À medida que vamos concretizando as reformas estruturais, que darão resultados a médio e a longo prazo, estaremos aperfeiçoando a administração das dificuldades de curto prazo. Com a ajuda de Deus e co-

laboração firme da sociedade brasileira, nada nos deterá. O Brasil vai se modernizar, voltará a crescer com distribuição de renda e justiça social. Todos nós somos responsáveis pela construção do nosso futuro. Vamos a ele!

Muito obrigado!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no lançamento do Programa de Competitividade
Industrial, no Palácio do Planalto,
no dia 27 de fevereiro de 1991.*

Entrevista à Jornalista Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes, em 3 de Março de 1991

Marília Gabriela: O programa de hoje é especial. Nosso entrevistado é muito especial. Carioca de nascimento, cresceu entre Alagoas, Rio e Brasília. Foi prefeito, deputado e governador das Alagoas e transformou-se num dos maiores fenômenos eleitorais da história brasileira ao se eleger Presidente da República depois de uma campanha avassaladora, que começou pequenininha, mas com uma das grandes idéias políticas que o País já viu: a caça aos Marajás.

No próximo dia 15 completa um ano de Governo. Um ano de mudanças estruturais profundas na busca da modernização que pretende nos elevar à condição de país do Primeiro Mundo.

Jovem, 41 anos de idade, esportista de karatê a jet-ski, dono de um temperamento forte, muita coragem e muita presença, já foi até escolhido por uma revista americana como uma das 50 pessoas mais bonitas do mundo.

O Cara a Cara começa agora com o primeiro Presidente eleito pelo voto direto desde 1960, Fernando Collor de Mello.

Políticos em campanha fazem muitas promessas. Quando chegam ao poder concluem que muitas são exequíveis, outras

não. Uma das promessas do Presidente Collor foi rigorosamente cumprida nesse primeiro ano de Governo: deixar a esquerda perplexa e a direita indignada.

Presidente, eu me pergunto e pergunto para o senhor: a perplexidade de uns e a indignação de outros não resultaram na sua solidão? O senhor não está muito sozinho neste momento, não?

Presidente: Boa-noite, Gabriela. Quero agradecer a você a oportunidade de estar presente nesse seu programa, concedendo essa entrevista às vésperas do primeiro ano de Governo.

Eu diria que a minha candidatura não foi baseada em promessas. O compromisso que assumi e que vou cumprir foi o de acabar com a inflação neste país e construir uma economia moderna, eficiente, competitiva, que gere, em consequência, desenvolvimento econômico e justiça social. Não fiz promessas de varejo; assumi apenas este compromisso. E é em torno disso que estou lutando, de uma maneira absolutamente obstinada e sem cessar, até resgatar esse compromisso, porque eu tenho certeza de que a única maneira de estabelecermos condições de crescimento e de justiça social é acabarmos, de uma vez por todas, com a inflação, com o vírus inflacionário, com a cultura inflacionária.

Não me sinto, em nenhum momento, solitário. Até porque o Governo, o Brasil não é de um só. É de todos nós. O Presidente da República deve ser o intérprete e o agente das aspirações populares, sobretudo tendo sido eleito num processo democrático, depois de tantos anos de jejum eleitoral.

Naturalmente as decisões são sempre muito solitárias, e isso não pode ser diferente. Num regime presidencialista a responsabilidade única e exclusiva sobre tudo o que acontece é do Presidente da República. E eu não abro mão, em nenhum instante, de assumir total responsabilidade por tudo o que aconteça.

Muitas vezes essa decisão solitária que se toma é num instante em que a gente pensa: «Puxa! Que bom se eu pudesse falar com a, b, c, d, e, com pessoas tais e quais». Mas nem sempre isso é possível.

Marília Gabriela: Eu posso falar de uma decisão que o senhor tomou, muitíssimo corajosa — aliás, coragem é uma qualidade sua incontestável —, que foi a de impor ao país um plano econômico radical como a gente jamais tinha visto. Mexeu com a poupança, mexeu com a aposentadoria, com a conta-corrente, fez muita gente perder o sono.

Nessa sua decisão solitária, o senhor perdeu o sono também? Foi muito difícil tomar essa decisão? Dá medo, Presidente, em algum momento? Dá insegurança, ou não?

Presidente: Nem insegurança, nem medo. Mas, naturalmente, são decisões que merecem ponderação e uma profunda reflexão. O que sempre me anima nas decisões é que a minha intenção é reta. Os meus objetivos são límpidos, são claros. O meu ideal é transparente. Em função de saber que estou caminhando rumo a um objetivo que é correto — porque é isso que percebo no sentimento nacional, que percebi nas ruas, nas praças, nas vielas, nas favelas, nos mucambos por onde andei —, é por ter essa certeza e essa convicção que as decisões que eu tomo, por mais penosas que possam parecer, sempre me dão uma certa tranquilidade de que estão sendo tomadas em função de uma meta preestabelecida, que é a interpretação do sentimento da nação brasileira.

Marília Gabriela: O senhor é um obsessivo?

Presidente: Não. Eu sou absolutamente determinado. Tenho muita paciência, embora muitas vezes pareça que não. Sou uma pessoa absolutamente determinada, movida por fê e por ideal.

Marília Gabriela: Presidente, eu falei de falta de sono. Acho que o pessoal continua perdendo o sono. Está todo o mundo muito preocupado em saber se aqueles cruzados retidos vão voltar no prazo certo diante dos últimos fatos. Vai mudar alguma coisa?

Presidente: Nada muda. Está previsto para começar em setembro, em 12 parcelas, a restituição dos cruzados bloqueados em

função do Plano anunciado no dia 16 de março do ano passado.

Marília Gabriela: Mesmo com as dificuldades atuais?

Presidente: O aprofundamento dessas medidas é inclusive uma garantia de que isso vai acontecer.

Plano Collor II

Marília Gabriela: Em muitos pontos o Plano Collor não deu certo, tanto é que, em menos de um ano, o senhor lançou um outro pacote econômico. Dessa vez o Governo está insistentemente negociando com o Congresso, com as classes políticas, trabalhadores e empresários. O que é que mudou? Por que há um ano não havia tanto empenho na negociação como há hoje?

Presidente: Veja bem, não houve nenhuma mudança no Plano. Infelizmente algumas áreas insistem em dizer que houve uma mudança no Plano, talvez em função da inserção do congelamento, no aprofundamento das medidas realizadas em 1º de fevereiro deste ano. No entanto, retirando o congelamento se observa que as medidas recentemente anunciadas são uma continuação coerente das medidas anunciadas no dia 16 de março. É um aprofundamento de todas as reformas que anunciamos no início do Governo.

Embora tivéssemos resistido bastante — tanto a ministra quanto eu, quanto outros integrantes do Governo —, decidimos pelo congelamento porque era fundamental criar um espaço de tempo que nos permitisse o amplo entendimento nacional, esse entendimento que agora estamos verificando via Congresso Nacional.

Também não houve nenhuma mudança de nossa parte na busca dessa maior aproximação com o Congresso.

Marília Gabriela: Presidente, há um ano atrás a palavra mais ouvida, mais pronunciada era «é inegociável». Houve até a inovação por parte do Ministro Magri que falou «é imexível».

Presidente: O que defendemos e continuamos a defender é que o cerne do programa de estabilização — que mais do que um programa é um processo de estabilização — não pode ser modificado. O cerne é «imexível», como dizia o Ministro Magri, naquela oportunidade, porque no momento em que você quebra a coluna vertebral de um processo de estabilização ele deixa de existir dentro das características com que foi concebido originalmente.

Estivemos sempre abertos a qualquer tipo de sugestão que viesse enriquecer e aperfeiçoar as medidas. Acontece que o ano passado foi um ano atípico, porque tínhamos um Congresso em final de mandato e, por conseguinte, um ano eleitoral.

Havia um novo governo instalado, ansioso por efetuar as mudanças e as transformações no País, e muitas vezes as reivindicações que surgiam em setores do Congresso Nacional, em função até das realizações das eleições, não se compatibilizavam com esse programa de reformas.

Marília Gabriela: O senhor está falando em «motivos eleitorais»?

Presidente: Não diria eleitorais, porque às vezes as solicitações são até corretas e justas, mas num ano de absoluta contenção de gastos, em que tínhamos um déficit previsto de 9% do PIB para o final do exercício e acabamos fechando com um superávit de 1%, essas solicitações eram inconciliáveis.

Agora há uma nova realidade. Temos um Congresso eleito por um período de quatro anos, que vai coincidir com o que me resta ainda de mandato. Portanto, temos a estabilidade necessária no Poder Legislativo em termos dos seus integrantes, para podermos aprofundar, melhorar, aperfeiçoar esse entrosamento, respeitando a independência dos Poderes, mas sempre buscando uma posição harmônica que o próprio regime democrático exige entre os três Poderes da República.

Marília Gabriela: Por falar em interlocutores, nessa sua captação de apoios, Presidente, o que aparece mesmo na imprensa é um possível namoro com o PSDB, o que não é novidade, porque esse é um flerte antigo. O PSDB teria o perfil ideal para o seu projeto político? A social-democracia é a base do seu plano político?

Presidente: O meu projeto político é um projeto nacional que nasceu literalmente das ruas. Como você disse no início, minha candidatura nasceu sem nenhum tipo de expectativa que não fosse a de um mero figurante na disputa eleitoral, e que ganhou as ruas. Não ganhou as elites, não ganhou os detentores dos meios de produção, não ganhou as categorias organizadas, mas ganhou o povo, ganhou as ruas inegavelmente nos dois turnos. Então o meu projeto tem que estar estreitamente ligado a esse enorme contingente da sociedade brasileira.

Houve uma dificuldade, houve um ponto que hoje nos traz algumas dificuldades. Por ter sido inteiramente desvinculada, pelas circunstâncias, da classe política, de partidos políticos e da sociedade civil organizada, a candidatura, depois de consagrada nas urnas, teve que compor uma sustentação parlamentar.

PSDB e PDT

Marília Gabriela: O senhor quase formou chapa no PSDB com Mário Covas, não foi?

Presidente: Eu tive a oportunidade de lançar a candidatura do Senador Mário Covas a Presidente da República. Mas nessa ocasião estávamos ambos no PMDB marcando uma dissidência, chefiada pelo Senador Covas, em função de um posicionamento nosso a favor do regime parlamentarista e de um mandato de quatro anos para os presidentes da República.

Foi isso que marcou o início da cisão do PMDB. Nessa oportunidade eu entendi que precisávamos ter uma liderança

que pudesse aglutinar as nossas expectativas, e que essa liderança, que seria o Senador Covas, fosse reforçada pela candidatura à Presidência da República. Foi isso que houve.

Agora, gostaria de completar a resposta anterior. Eu precisava estabelecer a minha sustentação parlamentar. E estabeleci, naturalmente, com aqueles que colaboraram conosco na eleição, como não poderia ser diferente. Então, hoje o cerne da minha sustentação parlamentar no Congresso Nacional está consubstanciado no Partido da Frente Liberal, que juntamente com outros partidos formam esse bloco.

Marília Gabriela: PDS, PTB, PRN?

Presidente: Com alguns problemas dentre esses partidos que você citou, que eu espero possam ser superados. Mas basicamente o tutano da sustentação seria esse.

Com o passar do tempo e em função de ter amigos tanto no PMDB como no PSDB, e dentro dessa perfeita noção de que a saída para a crise brasileira passa necessária e obrigatoriamente por um amplo acordo político, por um amplo entendimento nacional, venho conversando já de muito tempo com todos eles. Em nenhum momento essa questão de cargos foi tratada porque estamos tratando da questão nacional. O que está nos inspirando nessa luta é a solução de problemas brasileiros, e não de problemas eventualmente pessoais ou partidários.

Agora, as conversas que estamos tendo são produtivas, são conversas entre pessoas que não precisam justificar o motivo de estarem conversando.

Marília Gabriela: Mas eu vou falar de uma conversa que acho que precisa quase que ser justificada publicamente. Um outro social-democrata, ou «socialista moreno», que foi seu adversário feroz durante a campanha presidencial e que hoje é o governador eleito do Rio, Leonel Brizola, também foi convocado para uma conversa importante com o senhor e com a Ministra Zélia. Quem é que está fazendo concessão nesse caso?

Presidente: Ninguém, ninguém. Ao contrário. O que está em jogo é o interesse nacional. Então, se houver concessão, apenas para utilizar um termo que você colocou, é nesse nível. O Governador Brizola foi eleito agora para a chefia do Executivo do Rio de Janeiro. E o Rio de Janeiro é a síntese das enormes qualidades de todo o povo brasileiro. Todos nós nos sentimos um pouco do Rio, não é? Porque o Rio retrata, com raríssima propriedade, um pouco de cada uma das regiões que compõem o nosso País. É o cartão postal, é a porta de entrada do Brasil. Então nós temos compromissos, temos pontos de convergência. O que é importante nesse instante é que os homens públicos deste país procurem os pontos concordantes das suas visões e das suas apreciações sobre os problemas nacionais e deixem as discordâncias de lado, pelo menos nesse período em que devemos todos estar trabalhando vigorosamente pela reconstrução nacional. Foi desse modo que se deu a conversa com o governador eleito do Rio de Janeiro.

Marília Gabriela: Foi agradável a conversa? Vocês se deram bem?

Presidente: Foi uma conversa de pessoas civilizadas, de pessoas que se respeitam mutuamente e que querem trabalhar em conjunto pelo Rio de Janeiro e pelo Brasil.

Marília Gabriela: Presidente, só para encerrar esse assunto. Eu fico pensando se essa sua aproximação com o PDT e com o PSDB não pode abalar alguma coisa na sua relação com o apoio que o senhor já tem de partidos de perfil mais conservador — PDS, PFL, PRN e PTB.

Presidente: Acho que não, porque não podemos mais dar vazão a certos tipos de preconceitos. Depois que caiu o Muro de Berlim, fica muito nítido que a questão ideológica não tem tanta importância nem relevância no entendimento político, até mesmo com as outras nações. O que hoje temos que buscar fundamentalmente, porque essa é uma exigência da sociedade, é o bem-estar social. A população não está querendo saber se o fulano pensa assim ou assado, se ele é socialista, se ele é de

extrema-direita, se é social-democrata, ou se é um socialista liberal — parece paradoxo, mas não é. O que cada um deseja saber é o que vem sendo realizado para que se tenha uma vida melhor. É o bem-estar social que gera esse denominador comum das aspirações, não só no Brasil, mas em todas as sociedades do nosso planeta.

Marília Gabriela: A Ministra Zélia comanda uma equipe econômica que colocou seus cargos à disposição como uma alternativa ao chamado Plano Collor II. O senhor chegou a pensar nessa solução, ou isso está fora de questão, e essa é a equipe que vai com o senhor até o final do seu mandato?

Presidente: É absolutamente fora de questão. É interessante porque, numa das conversas que tivemos para o aprofundamento do programa de estabilização, a Ministra disse: «Olhe, Presidente. Fique à vontade, porque se desejar uma outra equipe para coordenar eu vou entender». Eu disse: «Então você sugira uma outra equipe». E brinquei com ela: «Você está contra as pessoas que estão aqui ao seu lado?» A Ministra Zélia talvez tenha feito esse gesto muito mais por desengano de consciência do que por qualquer outra coisa. Ela é a minha Ministra da Economia, é a Ministra da Economia deste País, que vem se desempenhando de uma forma absolutamente correta. A Ministra Zélia também é movida por ideal, também tem esse fogo interior, essa vontade de ver este País mais humano, mais digno, socialmente mais justo e mais solidário. Daí ela estar com todas as credenciais para realizar o seu trabalho.

Zélia Cardoso de Mello

Marília Gabriela: No início do Governo o senhor afirmou que era o Ministro da Economia. E eu fico pensando o que o senhor queria dizer. Por exemplo: quando a Ministra Zélia se dispõe com a FIESP ou com alguns cartéis poderosos, ela está cumprindo ordens suas?

Presidente: Afirmei que o Ministro da Economia seria eu e poderia repetir agora essa afirmação e estendê-la a todos os outros Ministérios, porque, com esta frase, eu queria transmitir à Nação a noção da responsabilidade que me cabia. Quis sinalizar à nação brasileira que quando alguma coisa desse errado eu jamais culparia quem quer que fosse, porque num regime presidencialista cabe somente ao Presidente da República arcar com as responsabilidades pela administração pública e pelo desenrolar da sua própria administração.

Minha afirmação teve esse sentido. Portanto, quando a Ministra Zélia defende os interesses do País, quando defende os interesses do Governo, ela está em uma sintonia muito fina com aquilo que eu penso.

Marília Gabriela: Uma curiosidade. Como é que se dá uma relação de um Presidente com uma Ministra tão importante assim? Vocês chegam a discutir alguma vez, discussão mesmo? Se o senhor, por exemplo, não concordar com alguma coisa, algum excesso, alguma atitude dela, vocês discutem, chegam a brigar?

Presidente: Discutir e brigar não, mas tratamos de todos os assuntos com a profundidade que merecem. Em alguns momentos a minha posição, por ser eu o Presidente, deve prevalecer, mesmo ela discordando. Às vezes cedo também à argumentação que a Ministra me apresenta, e o resultado disso tudo é que há uma confiança recíproca, há um entendimento muito grande a respeito dos problemas nacionais. Isso é que é fundamental. A relação com uma Ministra que detém hoje nas mãos tantos poderes por delegação do Presidente da República não poderia ser diferente. Ela tem a minha total e absoluta confiança.

Marília Gabriela: As elites têm sido consideradas responsáveis pelos seguidos fracassos de vários planos econômicos. No seu caso, as elites estão atrapalhando o andamento do processo?

Presidente: Eu não generalizaria a questão das elites, mas parte delas, sem dúvida alguma.

Marília Gabriela: Que parte?

Presidente: A parte mais atrasada. Aquela parte que se viciou dentro do processo econômico em obter favores, obter vantagens, obter certos subsídios que fizeram com que crescessem à sombra de todo esse paternalismo e também com que perdessem os músculos da competitividade. No momento em que nos abrimos para o mundo e instauramos uma nova fase na economia brasileira em que a competitividade e a eficiência são fundamentais para a sobrevivência de certos empresários, naturalmente, por estarem com os músculos da competição flácidos, eles se sentem incapacitados para a disputa.

Setor Financeiro

Presidente: O setor financeiro já merece um outro tipo de apreciação, fora da questão da competitividade. O setor financeiro negocia com uma mercadoria chamada dinheiro. No momento em que se dá oportunidade para que a especulação seja mais rentável do que a produção, naturalmente ele se beneficia extraordinariamente disto.

O que havia é que em função do processo inflacionário era muito mais fácil, muito mais prático a pessoa retirar o dinheiro da produção, que dá empregos, que paga impostos, que desenvolve a economia de um país, e colocá-lo na especulação financeira, que rendia juros e correção monetária sem trabalho, sem nenhum tipo de esforço. De acordo com seus balanços, os lucros não-operacionais dessas empresas que jogavam firmemente na especulação eram maiores do que os seus próprios lucros operacionais, que são os lucros advindos do processo produtivo.

O sistema financeiro ganhava em função de uma profunda distorção do mercado, em função de um modelo absolutamente injusto que era imposto ao País. Hoje, com o aprofundamento das medidas, nós acabamos com a especulação financeira, acabamos com a correção monetária, acabamos com o «over», criamos o fundo, esse grande fundo que, com os recursos captados, será um instrumento poderosíssimo de uma política social

para a nação brasileira. Então, a gente verifica que até os analistas mais distanciados e críticos do Governo reconhecem que essa modificação no sistema financeiro, promovida recentemente, foi a maior desde 1964/65, quando houve a grande reforma. Naquela oportunidade, criou-se a correção monetária, uma indexação violentíssima em cima de toda a economia. Essa reforma de agora desindexa a economia e cria um instrumento que vai servir para desenvolvermos projetos sociais de grande alcance.

Marília Gabriela: Daqui a pouco quero falar sobre essa indexação ou desindexação. Eu gostaria de concluir o assunto das elites. Do outro lado da mesa dessas elites estão os trabalhadores e os líderes sindicais, que de alguma forma são a elite do operariado.

Como é que se dá a sua relação com os líderes sindicais? O entendimento nacional me parece ainda não existir em função de que os trabalhadores não têm mais nada a perder, já deram a sua cota de sacrifício. O senhor concorda com isso?

Presidente: Concordo plenamente. O processo de concentração de renda que o País vem assistindo ao longo dos últimos anos é trágico, é extremamente penoso. Para essa imensa maioria de brasileiros, a concentração de renda é injustíssima. Nada mais injusto do que isso. E é exatamente essa compreensão que está faltando por parte das elites brasileiras.

Marília Gabriela: Como é que vai ser possível um entendimento nacional?

Presidente: Está sendo possível, está caminhando de uma maneira difícil que poderia ser muito facilitada se houvesse maior boa vontade. Mas eu acredito que a gente chegue lá.

É preciso que eles entendam que num processo de estabilização econômica alguém tem que perder. E esse alguém não pode ser mais o trabalhador; tem que ser os que acumularam fortunas ao longo dos últimos anos, num processo de concentração de renda violentíssimo. São eles que têm que pagar pelo processo de estabilização. Eles não podem se sentir vítimas em

nenhum instante. Vítimas são os 70% dos brasileiros que participam com apenas 10% da renda nacional. Esses é que são as vítimas.

Marília Gabriela: Que continuam muito sacrificados.

Presidente: Mas numa situação melhor. Se verificarmos a política em relação ao salário mínimo nesse primeiro ano — melhor dizendo, até janeiro, porque as medidas ontem aprovadas no Congresso vão garantir ganhos maiores para os que ganham com base no salário mínimo —, houve um aumento real do salário mínimo, maior do que o aumento, por exemplo, da cesta básica. Portanto, apesar de todas as dificuldades, estamos trabalhando para que se evite uma maior penalização dos trabalhadores.

Quando essas elites tiverem consciência de que devem parar de reclamar, de criar boatos, de financiar especulações cada vez mais catastróficas, no momento em que se posicionarem de uma forma mais responsável, aceitando as regras do jogo — que patrocinam o fim dessa concentração de renda, justiça social, desenvolvimento econômico baseado numa economia verdadeiramente de mercado, com o fortalecimento da livre iniciativa, com uma nova formulação, um novo desenho para o Estado —, no momento em que perceberem que é isso que têm que apoiar, acho que tudo será muito mais fácil.

As resistências que encontramos ao longo desse primeiro ano por parte dessas elites foram enormes. E se nós não tivéssemos sido absolutamente firmes na condução do processo, elas teriam, sem dúvida nenhuma, tomado conta mais uma vez. Mas elas sabem que conosco talvez não seja da maneira como podiam supor. Continuaremos trabalhando nessa linha porque temos certeza de que estamos na trilha e no caminho certos.

Marília Gabriela: Eu me lembro de uma pergunta que o senhor fez ao Lula no último debate que eu mediei: «Lula, se eu me eleger você vai colaborar comigo, da mesma forma que estou disposto a colaborar com você, caso se eleja?» Na prática, Presidente, como o Lula está respondendo a essa sua pergunta?

Presidente: Acho que ele respondeu bem quando instituiu o «Governo Paralelo». Infelizmente, ainda não recebi nenhum tipo de sugestão do «Governo Paralelo» que ele idealizou.

Brasil no Primeiro Mundo

Marília Gabriela: O Presidente Collor acenou aos brasileiros com a possibilidade de torná-los cidadãos de um país do Primeiro Mundo. E por que não? O Brasil tem uma área territorial invejável, possui a chamada oitava economia mundial e uma população estimada em 140 milhões de habitantes. O que nos impede de chegar lá, Presidente?

Presidente: Nada nos impede. Temos as condições de base para essa inserção no Primeiro Mundo. Mas isso não basta. Temos que ter a vontade de fazê-lo e lutar por isso, cumprindo alguns requisitos. É o que estamos fazendo quando aprofundamos as reformas estruturais na economia brasileira. Estamos nos preparando para pleitear esse lugar que nos está reservado no Primeiro Mundo.

Marília Gabriela: O seu governo, neste primeiro ano, teve a preocupação clara e específica de combater a inflação. Os métodos levaram a uma recessão e a um desemprego muito grande. Que política o senhor pretende aplicar para reverter essa situação?

Presidente: No fundo o que há é uma acomodação. Há um processo de acomodação da economia e dos agentes econômicos a uma nova postura, às novas regras que regem a atividade econômica no País. Se a acomodação fosse feita sem a reação de alguns setores da elite, como nós abordamos há minutos atrás, es-

se processo seria muito mais fácil. Em alguns momentos demissões foram feitas sem que tivessem sido indispensáveis para a empresa. Aqueles que promovem sempre a catástrofe e o caos desde o primeiro momento anunciavam uma recessão muito forte. Depois anunciaram um «setembro negro», uma recessão brutal em janeiro, e nada disso aconteceu com tintas tão marcantes.

O que vimos e estamos vendo é um processo de acomodação a uma nova estruturação da economia nacional. Estimo que persistindo no caminho que acolhemos, porque acolhido pela sociedade nas eleições, e com o trabalho contínuo de convencimento desses setores mais reacionários ou mais reagentes, nós conseguiremos acomodar melhor essas questões que nos trazem algum desassossego.

Marília Gabriela: Vamos falar do Nordeste. O senhor é filho de nordestino, viveu lá, conhece melhor do que ninguém a situação e sabe que ali é o foco da miséria brasileira. Nós temos hoje 60 milhões de miseráveis, isso é indiscutível. Alguns governantes nordestinos reclamam da desassistência à região. Dizem até que a SUDENE não se modernizou. Que compromisso o senhor assumiria, aqui de público, para melhorar a situação do Nordeste?

Presidente: O compromisso é o de resgatar a região nordestina para o restante do País. O Nordeste vem sendo sacrificado ao longo de todos esses anos pelo modelo econômico de que falávamos há pouco, apontado como uma região dita sem condições de crescer, sem condições econômicas, com uma seca impossível de se conviver. Sempre defendo que nós não devemos aprender a lutar contra a seca, mas a conviver com ela. Para isso é necessário que os recursos encaminhados sejam aplicados somente em obras perenes.

Já apresentamos aos governadores atuais do Nordeste e estamos apresentando aos governadores eleitos um novo Plano de Desenvolvimento para o Nordeste, uma matriz de desenvolvimento para a região até o ano 2005. Esse projeto é baseado na

realização de obras perenes, de obras que durem, que fiquem, que gerem empregos. Projetos que façam com que o sertão nordestino possa ser irrigado — como os que já temos, com amplo sucesso, sobretudo nos Estados de Pernambuco e da Bahia, e alguma coisa no Ceará.

Quando assumimos o Governo, pegamos ao mesmo tempo uma seca muito forte. E com essa contenção de despesas, não pudemos atender de imediato, na medida que julgávamos possível, as demandas todas que nos chegavam — justas demandas. Mas estivemos e estamos presentes com recursos, com cestas alimentares distribuídas pelo Exército brasileiro em cerca de 500 cidades do Nordeste, como uma forma de atenuar a fome decorrente dessa seca.

Recentemente quando fui a Pernambuco e estive num pequeno município próximo de Serra Talhada, chamado Rajada, anunciamos um projeto importantíssimo de irrigação para toda aquela região. E eu espero — sem dúvida nenhuma isso será concretizado — que ao final desse nosso período o Nordeste possa ser reconhecidamente uma região que tenha condições de se desenvolver, de gerar a sua própria riqueza e conseqüentemente, sua manutenção.

Saúde e Educação

Marília Gabriela: O senhor prometeu uma revolução educacional a partir de um Programa Nacional de Alfabetização. Na saúde, a mesma revolução. E na verdade, Presidente, a gente não tem sentido essas modificações. Falta inclusive aquela movimentação, aquele agito, aquele espírito que cerca uma revolução. Os professores estão mal pagos, a educação falida e o quadro da saúde é dramático. Como resolver isso e de onde tirar as verbas?

Presidente: O poder no Brasil sempre foi um instrumento de fortalecimento do Estado. Quem exercia o poder utilizava-se dele para fortalecer a máquina do Estado. Se havia uma mina

aqui, criava-se uma empresa estatal; uma outra empresa ali para fazer uma ferrovia. Em função disso o Estado faliu. É absolutamente falido o Estado brasileiro. Para se ter uma idéia, pela primeira vez em 50 anos de República, o governo apresentou superávit nas suas contas no final do ano — e foi o nosso governo que apresentou.

Como o Estado se dedicava a comprar fábricas de zíper, de plástico, de tecido, cada centavo que investia numa dessas atividades era um centavo a menos que se tinha para educação, para saúde, para transporte, para infra-estrutura. Então, o que estamos vendo hoje no campo social é uma total desarticulação das atribuições inerentes ao Estado, que tem que ter a obrigação de atender a essas demandas sociais e às aspirações da população em relação a serviços públicos de boa qualidade. Pelo menos isso, para que a população se sinta ressarcida por parte do Estado pelo imposto que paga.

Agora a situação está melhorando, mas precisa melhorar muito mais. O cidadão ia ou ainda vai a um posto de saúde e não encontra mercurocromo para curar a ferida do filho que caiu da bicicleta. A criança ia para a sala de aula e não tinha professora, que reivindicava, com justiça, uma melhoria salarial. Quando tinha professor não tinha giz, quando tinha giz não tinha carteira, quando tinha carteira tinha goteira, quando não tinha goteira ... Enfim, uma total falência do Estado no que diz respeito às suas obrigações perante a sociedade. O que nós estamos fazendo agora? Utilizando o poder como um instrumento de fortalecimento, não do Estado, mas da cidadania. E é por isso que estamos fazendo essa reforma profunda, para que o Estado gere recursos que possam ser aplicados na área social. Para se ter uma idéia, somente no setor saúde, quando assumimos, estava previsto um déficit de cerca de 300 bilhões de cruzeiros para este ano. Graças à reestruturação que foi feita, fechamos o ano absolutamente equilibrados no setor saúde, com um grande esforço.

Marília Gabriela: Eu queria fazer uma pergunta de leiga absoluta. Eu só gostaria de não parecer ignorante ou idiota. Presidente, eu posso tirar de todas as respostas que o senhor tem dado, principalmente quanto às questões sociais, a seguinte conclusão:

enquanto houver a grande questão econômica para ser resolvida pela sua equipe, de alguma forma, todos os outros problemas do País vão ficar mais ou menos parados. É isso?

Presidente: Absolutamente, não. Acabei de dar um exemplo específico na área da saúde. Tínhamos um déficit previsto de cerca de 300 bilhões de cruzeiros e equilibramos as nossas contas. Com as contas equilibradas na área de saúde, nós estamos, de alguma maneira, prestando melhores serviços, corrigindo algumas distorções sérias que havia.

Marília Gabriela: Uma coisa independe da outra?

Presidente: Independe da outra. Tem que se fazer um trabalho conciliado. Eu não sou a favor da teoria de deixar crescer o bolo para depois dividir. Acho que todos os problemas têm de ser atacados. Infelizmente, não com a resposta imediata de que gostaríamos. Afinal de contas é sempre bom que a gente se recorde de que estamos às vésperas de completar o primeiro ano de um total de cinco. Eu entendo que a população sempre queira respostas rápidas às suas perguntas, mas as coisas não acontecem como a gente deseja. As coisas acontecem depois de muito trabalho, de muita dedicação, e é isso que estamos tentando realizar, e vamos chegar lá.

Na área da educação, cerca de 70% dos recursos orçamentários do Governo, da União, são destinados para o ensino superior, para as universidades. O que nós precisamos é tratar do ensino básico, porque o número de analfabetos está aí a nos atemorizar, e não poderemos ter um país competitivo e inserido no Primeiro Mundo sem que tratemos da base da educação. Temos que investir mais no ensino básico. É por isso que ainda nesta semana, quando do lançamento da segunda fase do chamado Programa de Competitividade Industrial, designei uma comissão para que, dentro de um prazo de 60 dias, apresente uma reformulação do sistema educacional brasileiro. Parece um prazo curto, mas essa questão já vinha sendo estudada. Faltava apenas ser formalizada por um decreto, coisa que foi feita agora. Esse trabalho será apresentado para que nós vejamos de que maneira racionalizar e melhor aplicar os recursos de que dispomos para a área educacional.

Veja a injustiça que se comete. Aquele que pode pagar coloca o filho no colégio particular; aquele que não tem condições, o coloca na escola pública. Quando chega a época de prestar o vestibular, uma criança cujo pai, por falta de recursos, matriculou-a na escola pública, vai disputar um vestibular com outra que estudou numa escola particular. Já entra em desvantagem. Nós verificamos que aquele que estava numa escola pública não enfrenta um vestibular com os mesmos conhecimentos de que dispõe o aluno da escola particular.

Quando essa criança que estudava na escola particular vai para a universidade, entra para a universidade pública, estudando de dia. O aluno que não passou no vestibular para uma universidade pública, procura um emprego e só tem a noite para estudar. Faz vestibular para uma dessas faculdades de esquina apenas para ter o seu título e se bacharelar em Direito ou alguma coisa assim, sem nenhuma qualificação. Esse aluno da escola particular está ocupando um lugar na universidade pública que deveria ser dado àqueles que não têm condições de pagar seus estudos. Essa é uma coisa estranha, difícil de entender. Nossa tese é de que essa questão da universidade gratuita tem que ser revista. Não sei até que ponto é interessante continuarmos com isso, porque na universidade, se formos verificar, a imensa maioria pode pagar seus estudos. Aqueles que não pudessem pagar teriam bolsas de estudo. Agora, por que nós temos que financiar alunos cujos pais têm condições de pagar a universidade? Para os que não tiverem condições, temos as bolsas de estudo, colocaríamos, então, parte ou grande parte desses recursos que hoje são canalizados para as universidades no ensino básico, onde temos que atuar vigorosamente para sairmos dessa situação absolutamente incômoda em que se encontra o setor educacional.

Marília Gabriela: Imagino que o senhor esteja falando em prazos rápidos.

Presidente: Pelo menos dentro do horizonte do meu governo.

Marília Gabriela: Esse ano, um monte de gente ligada à cultura reclamou na televisão, no rádio, nas revistas, nos jornais, que não existe uma política cultural no seu governo.

Presidente: Mas não precisa essa excitação tamanha. O que há é que nós nos baseamos num critério amplo. Eles reclamam a falta de um subsídio ao setor cultural criado no governo anterior. No momento em que suspendemos todos os subsídios para reestudo, esse subsídio para a cultura foi incluído. Nós não tínhamos por que privilegiar a questão cultural. O Nordeste poderia chegar e dizer: «Nós temos prioridade, porque a nossa situação é muito mais difícil». O Amazonas poderia dizer a mesma coisa. E assim por diante. Então, nós estamos nesse processo de reestudo.

Marília Gabriela: O senhor concorda que é um período parado, suspenso?

Presidente: Mas a cultura brasileira vem de 500 anos e nunca deixou de ser uma cultura ativa, uma cultura presente, popular, embora em alguns organismos do aparelho estatal tenham sido criados alguns privilégios no setor cultural. Nós tínhamos que acabar também com esses privilégios, porque essa foi uma regra geral, uma orientação genérica. Agora estamos reestudando todos esses subsídios, e acho que já posso anunciar para breve algumas iniciativas na área cultural que vão deixar o setor bem animado.

Marília Gabriela: Por exemplo?

Presidente: Nós temos linhas de financiamento que vamos abrir via BNDES, seus agentes financeiros e o programa de operações conjuntas. Temos uma idéia, uma coisa muito interessante, que já existe em outros lugares, que é uma espécie de fundo para financiamento de filmes, obras ou iniciativas culturais.

O projeto é apresentado para um determinado número de investidores, por mala-direta, aquela coisa toda, e eles então compram cotas deste fundo. Se a iniciativa der lucro, os investidores terão o seu retorno, e o lucro obtido poderá ser deduzido do imposto de renda.

Também junto a ANDIMA temos outras iniciativas que fazem interface com projetos culturais dessa natureza. Enfim, estamos estudando e acho que dentro de poucas semanas já poderemos anunciar oficialmente essas medidas.

Combate à Corrupção

Marília Gabriela: O Presidente Collor ficou nacionalmente conhecido quando, ainda Governador de Alagoas, deflagrou a caça aos Marajás, um movimento que sensibilizou a população brasileira e que foi a base de sua candidatura a Presidente. Ainda em campanha, o senhor veio a Brasília e entregou, ao então Ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, um dossiê de casos de corrupção e cobrou publicamente medidas enérgicas. O que aconteceu com esse dossiê? O seu governo está levando à frente essa caça a ladrão?

Presidente: Estamos prosseguindo com essas iniciativas. Agora mesmo no CNPq, uma das sindicâncias que abrimos aponta indiciados, ou indícios de que pessoas estiveram envolvidas com a má gestão dos recursos daquele Conselho. Isso está sendo encaminhado à Justiça. Todo esse processo continua. Infelizmente, essas coisas não vêm sendo noticiadas como às vezes gostaríamos. Mas, sem dúvida nenhuma, tudo isso vem sendo apurado, e não somente denúncias daquela época, mas de agora também. Se alguém detectou alguma irregularidade, alguma coisa errada, deve escrever lá para o Planalto. Eu leio as cartas selecionadas com essas denúncias e tomo pessoalmente as providências. Toda e qualquer denúncia que chegue, partindo de quem quer que seja, é apurada, e se corresponder à realidade, os culpados por uma atitude ilícita serão, como estão sendo, exemplarmente punidos.

Marília Gabriela: O ex-presidente Sarney, hoje volta a ser uma força política considerável, principalmente se a gente prestar atenção nessa dobradinha Sarney/Antonio Carlos Magalhães. O senhor pretende esquecer o passado e fazer acordos políticos com o ex-presidente? Vocês já conversaram?

Presidente: O que eu pretendo é olhar para o futuro, vislumbrar o futuro para construir o destino que está reservado ao País. Como disse no início da entrevista, precisamos em nome do Brasil, em nome do interesse nacional, deixar de lado outras questões que não sejam as de conjugarmos os nossos esforços no sentido da reconstrução nacional.

Marília Gabriela: O senhor já conversou com o ex-presidente Sarney?

Presidente: Já estive com o Presidente Sarney, em duas oportunidades antes da posse e no dia da posse, três vezes.

Marília Gabriela: Mas recentemente, depois de eleito senador?

Presidente: Ainda não tive oportunidade, não.

Marília Gabriela: O senhor acha que vão ser feitos acordos em favor desse entendimento nacional, ou não?

Presidente: Isto não é bem um acordo. Não acho esse termo apropriado. É o entendimento em torno de questões básicas para o futuro da Nação. Então, se pudermos encontrar pontos comuns nesse esforço, que todos entendemos necessário para a reconstrução nacional, não tenha dúvidas de que estaremos prontos a isso.

Marília Gabriela: Com todo o respeito, Presidente, eu gostaria de abordar algumas questões delicadas. Parte da sua campanha foi baseada na moralização da coisa pública. No entanto, seu governo, já nesse primeiro ano, tem enfrentado denúncias de favorecimento. O mais conhecido foi o caso VASP/PETROBRÁS, envolvendo nome de pessoas muito pró-

ximas ao senhor, e a denúncia foi feita por um demissionário do Governo, o Luis Octávio da Motta Veiga. O que o senhor pode nos dizer sobre isso?

Presidente: Como disse na pergunta anterior, tudo é exemplarmente apurado. Em nenhum instante o Governo deixa de tomar as providências mais enérgicas para qualquer atitude não considerada absolutamente respeitosa com a condução dos negócios públicos.

Marília Gabriela: Nesse caso já foi tudo apurado?

Presidente: Na época, nomeei uma comissão e pedi que me apresentassem um relatório uma semana depois. Um dia antes de terminar o prazo eu já estava com os resultados na mão. Foi tudo apurado, e foi visto que nenhum prejuízo havia sido causado à PETROBRÁS. Havia a suspeita de que pessoas que se diziam ligadas ao Presidente estavam tentando apresentar a, b ou c naquela Companhia. E eu disse naquela oportunidade e continuo dizendo: ninguém tem credencial do Presidente da República, ninguém tem salvo-conduto para entrar em nenhum ministério, em nenhuma empresa estatal, em nenhuma autarquia falando em nome do Presidente.

Marília Gabriela: Num caso como esse, o Governo processa o Luis Octávio da Motta Veiga? Se ele disse uma inverdade, ele não deveria ter sido processado?

Presidente: O Presidente da PETROBRÁS, Eduardo Teixeira, imaginou que esse processo pudesse ser iniciado, mas depois que a denúncia foi desmentida pelo próprio resultado do inquérito aberto, ele julgou que a resposta já havia sido dada de uma forma clara, de uma forma transparente.

Marília Gabriela: Nessa história tinha um nome que tem aparecido com uma certa freqüência e relacionado ao senhor: o do PC, Paulo César Farias. Quem é essa misteriosa e enigmática figura? Ele presta algum tipo de colaboração ao Governo?

Presidente: Absolutamente. Só quem presta colaboração ao Governo, e não poderia deixar de ser diferente, são aqueles que estão nomeados e que ocupando funções públicas. Isso é ponto um. Como eu disse, ninguém, nenhuma pessoa pode agir ou atuar querendo usufruir das benesses de uma vinculação com ministro, com secretário de governo, muito menos com a Presidência da República. Isso já foi deixado muito claro para que não venham no futuro dizer: «Mas fulano de tal se apresentou aqui como uma pessoa ligada a alguém da Presidência, e em função disso nós julgamos que deveríamos dar a ele um atendimento especial, um atendimento condigno».

Todos já estão avisados de que se derem qualquer tipo de atendimento fora dos rigorosos limites da moralidade, da ética, mesmo achando que eventualmente possam estar agradando a algum integrante do escalão administrativo, terão que se explicar.

Marília Gabriela: No caso, o PC é seu amigo?

Presidente: Não é. É uma pessoa conhecida, aliás conhecida em Alagoas, e não é tão enigmática assim. Ele está sempre lá em Alagoas, e é uma pessoa do relacionamento de toda a classe política alagoana.

Marília Gabriela: Alguns outros casos têm pipocado na imprensa Presidente, como das cestas básicas da LBA, das licitações em publicidade, da TELESP. Não há dúvida de que poucas vezes uma pessoa demonstrou tanta vontade de combater esse tipo de corrupção como o senhor. Mas ainda assim as coisas acontecem, por quê? É inevitável, é inerente ao poder? Denunciar fora do Governo é mais fácil do que dentro dele?

Presidente: Não. O combate é sempre difícil, mas tem de ser travado. Eu comparo esse esforço a frear um carro em alta velocidade. Você aperta o freio e o carro não pára imediatamente. Dependo da velocidade que vinha sendo imprimida, o carro talvez demore uns 10, 50 ou 100 metros para parar.

A mesma coisa acontece na máquina administrativa, que vinha atuando de uma forma desordenada e corrompida em alta

velocidade. No momento em que você puxa as rédeas, em função da velocidade em que vinha, essa máquina custa a reagir.

O importante é que a gente não tire o pé do freio e segure as rédeas com firmeza, e que dê à sociedade todas as explicações, de maneira clara e absolutamente transparente que ela espera de um governo comprometido com a ética na administração pública.

Relação com a Imprensa

Marília Gabriela: Nós estamos, na verdade, falando de noticiários. O senhor está tendo com a imprensa a relação que esperava ter?

Presidente: É interessante essa pergunta porque sou um homem de imprensa, sou jornalista e conheço mais ou menos como funciona isso. Nada me surpreende. Sempre espero o pior em termos de tratamento por parte, não diria de toda a imprensa, mas de algumas áreas, e isso a gente percebe quando há claramente uma má vontade porque são os mesmos mecanismos que funcionam em qualquer redação, em qualquer parte do mundo. A gente percebe na maneira como é feito o título na lide da matéria, no texto de abertura de um noticiário de televisão, na forma como é colocada uma notícia no rádio. Quem é do ramo percebe claramente. E o que eu percebo é que há uma má vontade em relação ao Governo, em relação às ações do Governo.

Marília Gabriela: E em relação ao senhor?

Presidente: A mim por consequência, porque o meu relacionamento com a imprensa é muito com aqueles que eu conheço como profissionais competentes, isentos. Esses eu procuro considerar, procuro conceder entrevista, procuro dialogar. Infelizmente não são muitos.

Em relação àqueles em que percebo partidarismo na análise das ações do Governo, um certo ranço preconceituoso, ou uma posição de simples antipatia, eu não tomo conhecimento. Cheguei à seguinte conclusão: todo mundo pode perguntar rigorosamente aquilo que quiser, mas poderá eventualmente ouvir aquilo que não deseja. E é exatamente dessa maneira que eu venho procurando me pautar no relacionamento com a imprensa, que poderia ser muito melhor se esse preconceito não estivesse tão agudo em certas áreas.

O que foi feito nesses 12 meses nesse País, as reformas que fizemos, meu Deus do céu! O que nós realizamos é algo que pelo menos merece um pouco de atenção e uma análise mais isenta. No entanto, essas áreas que reagem mais ao Governo, ficam sempre analisando questões absolutamente periféricas, questões marginais, superficiais.

Marília Gabriela: Por exemplo?

Presidente: No que diz respeito à inflação, a gente percebe a satisfação com que alguns órgãos anunciam o crescimento dos índices, e a tristeza com que esses mesmos órgãos anunciam que a inflação caiu. Eles não falam que a inflação agora está caindo. Só ficam falando de outras questões que são absolutamente superficiais diante do mundo de realizações que conquistamos ao longo desse período. Mas não me queixo absolutamente de nada.

Marília Gabriela: Presidente, essa não foi uma queixa?

Presidente: Veja bem, essa é uma constatação, não há nenhum tipo de queixa, nenhum tipo de solicitação. Cada um joga da maneira que julgar conveniente. Eu jogo o meu jogo, e aqueles que quiserem continuar agindo assim, que continuem. Eu até respeito o direito que têm de continuar jogando assim.

Marília Gabriela: Presidente, uma última cobrança. O senhor tem lançado mão das Medidas Provisórias com muita frequência, quando a Constituição prevê esse instrumento para casos de exceção e calamidade. Qual é o nosso?

Medida Provisória

Presidente: A Medida Provisória é um instrumento típico de um regime parlamentarista.

Quando da elaboração da Constituição, em sua primeira fase, na Comissão de Sistematização, tínhamos um texto constitucional baseado num mandato de quatro anos para os presidentes da República e regime parlamentarista.

Na segunda fase, quando foi a plenário para receber as emendas e todo aquele processo, o mandato foi modificado para cinco anos, e ficou o sistema presidencialista de governo. Mas esqueceram de adaptar a Constituição. A Medida Provisória foi embutida no texto constitucional, no seu início, porque era um instrumento nitidamente de regime parlamentarista. Agora, sem Medida Provisória, sem esse instrumento, é impossível administrarmos ou tocarmos a administração no Brasil. Alguns dizem que o Governo editou muitas Medidas Provisórias, mas é preciso ver a correspondência entre as medidas editadas, as ações empreendidas e os resultados alcançados. Maior calamidade do que o processo de hiperinflação que vivíamos?

Quando o Governo tomou posse no dia 15 de março do ano passado, nós estávamos com uma inflação de 90% ao mês, e hoje, estamos ainda nos debatendo com a inflação de 20% ao mês, passado um ano.

Nenhum outro programa de ajuste no passado, um ano depois estava mantendo um nível inflacionário muito mais baixo do que no início do programa, embora alto para o nosso desejo e para o que queremos estabelecer como padrão. Um ano depois da edição do Plano Cruzado, tínhamos retornado aos índices de inflação do início do Plano.

Então, há uma correspondência nítida entre o número de Medidas Provisórias e o nível de reformas alcançado no País, sem dúvida nenhuma. Em todos os momentos em que posso encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei, eu faço. O

fato é que essas medidas tinham que estar revestidas de sigilo. Imagine se eu digo que vou mandar um projeto de lei acabando com o over ou acabando com a correção monetária. Seria impraticável.

Como é que podemos tomar medidas dessa natureza sem que seja por um instrumento que tenha uma eficácia imediata, como a Medida Provisória, mesmo que depois venha a ser aperfeiçoada, quando levada a debate no Congresso Nacional?

Mas em todos os instantes em que o projeto de lei possa ser o veículo para a discussão de um assunto, que o Governo entende como importante, eu o mandarei ao Congresso Nacional.

Guerra no Golfo

Marília Gabriela: Acabou a guerra no Golfo, os aliados venceram. O aumento do preço dos combustíveis e o fechamento dos postos, foram mesmo necessários?

Presidente: Sem dúvida, diante da situação criada com a guerra no Golfo Pérsico, era necessário provermos convenientemente as nossas reservas estratégicas de combustível, de gás liquefeito/GLP, do gás de cozinha, assim por diante.

As medidas adotadas foram convenientes para o que se previa em relação ao desdobramento da guerra do Golfo. A população entendeu e apoiou — as pesquisas apontam — a iniciativa do Governo. Agora, com o fim das hostilidades, vamos reavaliar a situação e ver que medidas adotaremos.

Marília Gabriela: A segunda questão se refere à nossa política exterior. O Brasil não apoiou explicitamente os aliados, deu apenas um apoio formal à Resolução das Nações Unidas, e muita gente acha que o País perdeu com isso. Essa posição vai ter mesmo alguma consequência nas nossas relações com os Estados Unidos?

Presidente: Não, não acredito. A posição do Brasil em relação ao conflito foi absolutamente correta. Desde o primeiro instante manifestamos o nosso apoio integral a todas as resoluções das Nações Unidas. Em todos os momentos nos manifestamos a favor da legalidade, da paz mundial, do respeito à soberania, no caso do Kuaite e do seu povo.

Não tomamos outras atitudes, tais como enviar tropas ao Golfo, ou algum tipo de colaboração militar, porque entendemos que a presença do Brasil no cenário internacional não é historicamente esta. O deslocamento de forças brasileiras para o exterior sempre esteve dentro do conceito de força de paz, e não de força para lutar numa área conflagrada como a do Golfo Pérsico.

Marília Gabriela: O Presidente Bush reclamou mesmo?

Presidente: Nunca reclamou, ao contrário. O Presidente Bush vem manifestando o seu apreço e o seu interesse em estreitar ainda mais as relações com o Brasil. Ainda ontem encaminhou uma mensagem ao Presidente do Brasil, manifestando e ratificando essa sua disposição.

Marília Gabriela: Vocês vão se encontrar em junho?

Presidente: Em junho eu irei em visita oficial aos Estados Unidos.

Dívida Externa

Marília Gabriela: Dívida externa é um assunto que nós, muito preocupados com as questões internas, perdemos um pouco de vista. Como é que estamos em relação à dívida externa? O Brasil tem condições de honrar seus compromissos?

Presidente: Tem condições de honrar os seus compromissos dentro de prazos e dentro do escalonamento da sua dívida. O

que o Brasil não pode hoje, por absoluta falta de recursos, é pagar os juros atrasados, acumulados nos últimos doze, quatorze meses. O Brasil deseja ter uma renegociação da dívida, compatível com a sua capacidade de pagamento, sem em nenhum momento penalizar o crescimento econômico do País.

De um lado há um grupo de bancos que deseja receber todos os atrasados de uma vez só, e do outro lado está o Brasil, que deseja pagar os atrasados, mas no maior prazo de tempo possível, e com as menores parcelas iniciais possíveis, de modo a adequar o pagamento da dívida externa ao processo de estabilização econômica interna, com a geração de superávits que permitam financiar o nosso desenvolvimento e, ao mesmo tempo, amortizar a dívida externa.

Marília Gabriela: Missão impossível?

Presidente: Não, não é impossível. Basta ter um bom negociador como o Embaixador Dauster, que vem se conduzindo com muita competência e com absoluta lealdade, e também mostrar aos nossos credores que não desejamos tomar nenhuma posição unilateral. A nossa posição não é de confronto, não é de criar qualquer tipo de ruptura nessas negociações. Nossa posição é construtiva, é positiva, é de negociação.

Marília Gabriela: O Senhor foi responsável por uma grande diminuição do número de ministérios. O senhor está satisfeito, ou a Reforma Ministerial ainda não acabou? Tem algum fundamento a notícia de que o Ministério da Infra-Estrutura vai se dividir novamente?

Presidente: Não, não tem. Continua do jeito que está. Aliás, isso é mais uma invenção desses noticiários. Eu nunca vi tanta coisa...

Marília Gabriela: Mas de onde sai? Sai daqui de dentro, Presidente?

Presidente: Na minha época de jornalista, e não fazem tantos anos assim, na hora de escrever uma matéria eu colocava, minimamente, «segundo uma fonte». Na terceira vez que eu utiliza-

va o «segundo uma fonte», o secretário de redação me dizia: «Esse negócio de segundo uma fonte é conversa fiada. Quem é essa pessoa?» Ele queria se assegurar de que aquilo não era uma encenação.

Hoje, se a gente for verificar, não existe a fonte. Se você for verificar o noticiário dos jornais, vai encontrar pelo menos cinco matérias sobre o Governo que dão como origem «uma fonte», ou «na ante-sala do Ministério», ou «um amigo de um assessor», enquanto só uma matéria diz: «O Secretário fulano afirmou isso». A relação é de cinco para uma.

Aparecem as coisas mais imaginosas. Uma hora dividem o Ministério da Infra-Estrutura, outra tiram a universidade do Ministério da Educação, outra tiram o Ministro. Quando eles notam que foi um equívoco, dizem que outra fonte do Palácio do Planalto desmente a fonte anterior. É uma confusão, parece piada.

Isso acontece inclusive em matérias assinadas, e nesses casos eu peço ao Cláudio Humberto para tomar providências.

O Cláudio liga para quem assinou a matéria e diz: «Olha, eu até acredito que você realmente tenha uma fonte, mas não leve mais essa fonte em consideração, porque está passando para você notícias inteiramente equivocadas».

Mas é uma coisa impressionante. Nessa questão da Reforma Administrativa, quando há umas duas semanas fui despachar no Ministério da Infra-Estrutura, em função do que estava sendo noticiado chamei o Secretário de Administração e perguntei: «Santana, será que o Palácio do Planalto fica lá, ou você vai dividir o Palácio também?»

Tinha um companheiro meu no *Jornal do Brasil*, não sei se ainda é vivo, que era um sujeito extraordinário, um boa praça, mas que não gostava de trabalhar, não cobria o setor dele direito. Ele era foca, e muitas vezes pedia a mim, que também era foca e nem sempre tinha pauta a cumprir, que fosse em tal lugar ver o que estava acontecendo e contar a ele. Eu ia, contava, e ele fazia uma matéria que parecia que ele tinha estado lá muito mais do que eu. Ele florescia, era uma coisa criativa. Ele me perguntava se eu tinha visto algum político por lá, conversando

com alguém. E colocava na matéria que o deputado tal conversara com fulano e que tinha sido ouvido isso e aquilo.

Marília Gabriela: O senhor acha que isso está acontecendo hoje?

Presidente: Demais, demais. É necessário que haja um maior interesse de alguns repórteres para colher a notícia. E mais: apurar a notícia. Não é ficar dizendo que foi ouvido não sei o quê numa mesa. É preciso apurar.

O Ministério

Marília Gabriela: Então eu vou fazer aqui um pouco de jornalismo literário. Vou copiar Drummond e dizer o seguinte: «Cabrera, que não se dá com Zélia, que disputa com Passarinho, mais Ozires que olha de lado para o Santana, e o Magri que reclama porque ficou de fora de toda a transação». É o Ministério.

Presidente: As coisas não se passam assim. São extraordinariamente maximizadas.

Marília Gabriela: Presidente, o senhor planeja alguma reforma ministerial? Vai continuar todo o mundo que está aí, a exemplo da Ministra Zélia, até o final do Governo?

Presidente: Os ministros foram chamados por mim dentro desse horizonte que eu tenho de mandato. Questões de ordem pessoal podem levar algum integrante a eventualmente achar que já prestou serviços ao Governo e que deseja ir para outra atividade. Não que haja de minha parte nenhuma movimentação em relação a isso. Eu estou satisfeito com a equipe. Ela está indo bem. Naturalmente, numa equipe de Governo, com uma máquina administrativa como essa, há sempre a necessidade de fazer-

mos reuniões seguidas no sentido de buscar a unidade nas declarações, nos objetivos, nas ações e assim por diante.

Marília Gabriela: Uma eventual substituição é possível?

Presidente: Não é uma coisa previsível. É a mesma coisa que você perguntar: «O senhor tem dúvida de que um dia vai morrer?» Não. Eu não tenho dúvida nenhuma. Algum dia todos nós seremos chamados por Deus.

É impossível responder se em alguma hora alguém vai sair. Não sei. De minha parte, não existe nenhum tipo de mobilização, de movimentação para substituir quem quer que seja no Ministério que aí está. E essas notícias a que você se refere a respeito desse ou daquele ministro são notícias maximizadas. Há, naturalmente, discussões, no bom sentido, em que cada um apresenta a sua posição, defende com calor a sua posição. E quando não é encontrado um denominador comum, leva-se o problema ao Presidente para decidir. Isso é uma prática normal de administração. E não se pode achar que o fato de um estar defendendo o seu ponto de vista, contrariando o ponto de vista do outro, configure uma briga, uma ruptura. Não tem nada disso.

Marília Gabriela: Presidente, por que que os economistas que já passaram por aqui insistem em que o Plano vai fracassar? O pai da indexação, o Roberto Campos, disse que esse Plano falha, provavelmente agora, porque o brasileiro sempre acha um jeito de indexá-lo.

Presidente: Só que, no momento em que retiramos a possibilidade de que essa indexação se faça de uma maneira fácil e automática, estamos inibindo a indexação que, sem dúvida nenhuma é um fator realimentador da inflação, numa conjuntura como a nossa em que existe a tal da inflação inercial, em que ainda existe uma cultura inflacionária muito forte, que de alguma maneira precisa ser cortada. Com essas medidas que adotamos agora, estamos inibindo a possibilidade de a economia se indexar, porque entendemos que é necessário e imprescindível a desindexação para podermos impedir que essa inflação inercial volte a se manifestar.

Marília Gabriela: Os economistas falam mal, por quê?

Presidente: Eu sou economista e sei que o economista, se não tomar cuidado, fala mal até das suas próprias idéias. Então isso é complicado.

Marília Gabriela: O senhor pretende uma antecipação da reforma constitucional? O Presidente do Banco Central já disse que esta Constituição avaliza de alguma forma a cultura inflacionária.

Presidente: Esse assunto foi trazido à discussão por parlamentares de prestígio no Congresso Nacional. No final do ano passado, quando me perguntaram sobre reforma constitucional, eu secundeiei a preocupação desses parlamentares de que se essa modificação fosse promovida em 93, na véspera da eleição de 94, o Congresso, em função do clima eleitoral, não teria a isenção e a tranqüilidade necessárias para efetivá-la. Eu estava apenas sublinhando, vamos dizer assim, opiniões já anunciadas pelos mais diversos setores da opinião pública e política do País. Então disseram que eu estava querendo modificar a Constituição. Não; eu apenas participo dessa preocupação. Acho que a reforma deve ser antecipada, sim, para que essa reformulação se realize dentro do necessário clima de tranqüilidade no Congresso Nacional, de tal maneira que as adaptações e correções sejam procedidas de forma correta.

Marília Gabriela: Qualquer profissional quer chegar ao ápice de sua carreira. O político profissional Fernando Collor de Mello chegou lá muito moço, aos 40 anos de idade. Ser Presidente da República, afinal, era o que o senhor esperava, ou não?

Presidente: Não imaginava que um dia pudesse ser Presidente da República. Para mim foi um momento de satisfação muito grande, porque sou, basicamente, um executivo. Venho da empresa privada e gosto de executar, de dirigir, de gerenciar e de administrar. Nenhum desafio é maior do que administrar um país das dimensões do Brasil, com os problemas que tem. Além

da honra de ser, aos 40 anos de idade, o primeiro Presidente eleito depois de 30 anos.

Marília Gabriela: Então era uma coisa boa. O senhor se surpreendeu pelo lado bom.

Presidente: Sim. Claro que foi uma surpresa muito boa quando eu me vi dentro de uma campanha eleitoral, disputando uma campanha para Presidente da República com esses grandes nomes da política nacional que eu ouvia falar desde pequeno.

Marília Gabriela: É gostoso ser Presidente da República?

Presidente: É muito bom. Eu gosto muito.

Estilo Pessoal

Marília Gabriela: O senhor é do signo de Leão, que dizem que é o signo dos protegidos dos deuses, de gente de temperamento forte. Aliado à sua juventude, fico imaginando se não é difícil viver sob constante vigilância de seguranças, de protocolo, de cerimonial...

Presidente: Isso é muito complicado. De jornalistas também, você se esqueceu. Isso é meio complicado porque não se tem a privacidade de que todos nós precisamos. Não se tem sequer alguns momentos livres de todo esse aparato.

Marília Gabriela: Essa privacidade muito invadida é ruim?

Presidente: É ruim. Você vai a um restaurante e a preocupação que se tem é a de noticiar, não com quem você está, mas sim o que é que o Presidente comeu, quanto custou o prato, o que é que bebeu, quanto custou a bebida, quem pagou a conta, quan-

to tempo demorou. Você fica de tal maneira invadido na sua privacidade que naturalmente isso causa alguma tensão.

Marília Gabriela: Raiva?

Presidente: Raiva, não, porque quando eu tenho raiva eu não consigo guardar. Desse mal eu não morrerei.

Marília Gabriela: Presidente, o senhor tem calos nas mãos, de caratê. Nunca mais usou golpes na parede, num momento de tensão, depois de Presidente?

Presidente: Bem que gostaria de ter utilizado. Mas não fiz, não.

Marília Gabriela: O senhor não tem tido explosões?

Presidente: Não. Mas a qualquer momento eu entro em erupção de novo.

Marília Gabriela: O senhor tem dois filhos de um primeiro casamento. Moram com a mãe no Rio. Como é a sua relação com eles? Dá tempo de conversar? O senhor é um bom pai ou não?

Presidente: Essa pergunta quem pode responder é exatamente o filho. Eu acho que o relacionamento pai e filho, sobretudo nesse final de século, com tantas mudanças em termos de comportamento, de hábitos, é uma relação que tem que ser muito atualizada, porque a cada semana a gente percebe uma certa diferença no comportamento dos filhos, pelo menos naqueles da idade dos meus, de 13 e 14 anos. Então é necessário você estar muito atualizado e ter muita sensibilidade para apreender essas mudanças que se operam nas crianças nessa fase, para que você não esteja dissociado do mundo deles.

Marília Gabriela: O senhor tem esse comportamento?

Presidente: Tenho procurado fazer o possível para estar adaptado a isso.

Marília Gabriela: O senhor está casado pela segunda vez com a D. Rosane. Eu gostaria de saber se o senhor gosta do casamento. Como o senhor descreveria a instituição «casamento»?

Presidente: Absolutamente necessária. A família, sem dúvida, é a célula da sociedade. E é importante o casamento e o relacionamento sincero, amigo, revestido de amor entre um homem e uma mulher.

Marília Gabriela: Prazeres. Quais os que o senhor gosta mais de se dar?

Presidente: Uma boa mesa.

Marília Gabriela: Que prato?

Presidente: Todos. Eu gosto muito de uma boa mesa.

Marília Gabriela: Até de jiló?

Presidente: Também. Não tenho nada contra, não.

Marília Gabriela: Insistem em dizer que esses seus cabelos brancos aí na frente surgiram depois da posse, depois do poder absoluto. É verdade? Se for verdade, que nome eles têm?

Presidente: Os meus são poucos. Estão aí. E eu me esqueço como é que eles nasceram e quem causou isso.

Marília Gabriela: Mas são posteriores à Presidência?

Presidente: Acho que sim.

Marília Gabriela: O Presidente Bush está propondo uma nova ordem mundial. Qual a sua opinião sobre ela? E o senhor, como Presidente de um país que ainda é do Terceiro Mundo, que tipo de nova ordem mundial proporia?

Presidente: Eu me permitiria não concordar com essa declaração de que o Brasil é um país do Terceiro Mundo. Acho que o

Brasil está num patamar acima. Ser a oitava economia do mundo, por si só, já garante essa posição intermediária entre o Terceiro Mundo e o mundo desenvolvido.

Preocupa-me bastante isso que estão querendo chamar de uma nova ordem mundial. Preocupa-me o novo desenho geopolítico do mundo. Com o fim da guerra fria, deixamos de lado esse mundo bipolar, do ponto de vista ideológico, e estamos tentando resolver uma nova bipolaridade que sucedeu àquela, que é a dos países ricos de um lado e dos países pobres de outro. Precisamos procurar pontes de entendimento com esse mundo desenvolvido para que nos sejam dadas condições de crescer economicamente, para que os fluxos de capital não sejam interrompidos, que a tecnologia nos seja fornecida e assim por diante.

A guerra no Golfo eclode no momento em que a União Soviética se encontra um pouco debilitada diante dos enormes problemas e desafios que o Presidente Gorbachev tem pela frente. Portanto, sem muito tempo para dedicar atenção àquele episódio lamentável da conflagração no Golfo. Compõe-se um conjunto de forças jamais visto na história da humanidade. Os chamados «aliados», coordenados pelos EUA, no final de quase 50 dias obtêm uma vitória esmagadora. E, portanto, os Estados Unidos emergem de toda esta crise com muita força.

Eu espero — e tenho certeza, porque o Presidente George Bush sempre me transmitiu isso — que esse sentimento dele seja permeado a toda a sua administração; que os Estados Unidos saibam administrar de uma forma conveniente e justa essa enorme força que acumulou com o fim da crise no Golfo Pérsico.

É essa a minha expectativa que espero se configure com atitudes concretas do Presidente americano.

Marília Gabriela: Bate bola, jogo rápido. Poder, uma definição.

Presidente: Ilusão.

Marília: Um ídolo.

Presidente: Cristo.

Marília: Um arrependimento.

Presidente: Nenhum.

Marília: Brasil e ecologia.

Presidente: Tudo a ver.

Marília: Um vício.

Presidente: Trabalhar.

Marília: Uma superstição.

Presidente: Várias.

Marília: Estou vendo. O senhor estava escolhendo. Escolha uma.

Presidente: Não passar por debaixo de escada.

Marília: O livro de cabeceira do momento.

Presidente: É um livro exatamente sobre Sadam Hussein, escrito depois do início da guerra por duas jornalistas, uma do New York Times e outra de uma revista francesa.

Marília: Brasil 2000.

Presidente: Primeiro Mundo.

Marília: Reeleição, sim ou não, por quê?

Presidente: Talvez antes disso fosse bom perguntar «presidencialismo ou parlamentarismo»? Eu responderia parlamentarismo e, em função disso, estaria respondida a outra pergunta.

Marília: Reeleição, nem pensar?

Presidente: Não tenho por que pensar.

Marília: Um presidente admirável.

Presidente: Chefe de governo, pode ser? Winston Churchill.

Marília: Um presidente ou um chefe de governo que o senhor prefira esquecer.

Presidente: Tem muitos. Nenhum em especial.

Marília: Um medo.

Presidente: Não tenho medo.

Marília: De nada, Presidente?

Presidente: De nada, de absolutamente nada. Graças a Deus.

Marília: Nem de barata?

Presidente: Não sou muito simpático à presença de uma barata.

Marília: Isso se chama medo: Um país modelo.

Presidente: Não existe.

Marília: Nenhum?

Presidente: Não. Dentro dos padrões que tenho na minha cabeça, não.

Marília: Um conselho inesquecível.

Presidente: Do meu pai, dois conselhos. O primeiro: «As facilidades iludem e enfraquecem; as dificuldades ensinam e fortalecem». E o outro ele me deu quando eu ingressei na área política: «Eu quero te dar três conselhos: o primeiro, ter paciência; o segundo, ter paciência; o terceiro, ter paciência.»

Marília: E vencer ou vencer?

Presidente: É isso. Vencer ou vencer.

Marília: Fernando Collor de Mello por Fernando Collor de Mello.

Presidente: Uma pessoa de fé, idealista, leal e absolutamente convencida de que o Brasil tem solução, e de que com o apoio da população nós, unidos, juntos, coordenadamente, haveremos de retirá-lo da difícil situação por que vem passando.

Marília: Obrigada pela entrevista, Presidente.

Presidente: Obrigado.

*Entrevista concedida à jornalista
Marília Gabriela, da Rede Bandeirantes,
no programa Cara a Cara, por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no dia 3 de março de 1991.*

**Índice Onomástico
e Temático
dos N.ºs 1 a 14**

A

- Açailândia, Maranhão, Saneamento, 14:18
Administração Pública, Moralidade, 11:64
14:73
Agência Internacional para Energia Atômica, 11:67, 68, 69
12:12
Agricultura, 2 :66
12:29
Alagoas
Audiência com Prefeitos, 3:33
Convênios, Assinatura, 13:19
Alemanha-Brasil, 7:15
Unificação, 7:79
Alfabetização, 7:46
Amazônia, 13:9
14:22
América, 5 :53;
12:16,
do Sul, 5:53

Este índice é cumulativo, incluindo os números 1 a 14 da Série. Os sobrenomes autorais entram pelo último elemento e o número em destaque refere-se ao número da obra na Série.

Latina, 5 :53, 77, 96
7 :17, 95
8 :23
12:8, 48
13:57
Ano Novo, Pronunciamento, Alagoas, 12:83
Antártica, 14:47
Argentina-Brasil, 2 :21
5 :75, 77, 80
11:67
Armamento, 7:90
9:24
Aviação de caça, 2:63, 64

B

Banco Central do Brasil, 5:38
Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, 2:69
Batalhão da Guarda Presidencial, 3:25
Bolívia-Brasil, 6:24, 28, 30
BR-101, 6:7
Brasil-Alemanha, 7:15
Argentina, 2 :21
5 :75, 77, 80
11:67
Bolívia, 6:24, 28, 30
Chile, 5:95
China, 3:52
Equador, 11:7
Estados Unidos, 8 :31, 67
11:64
12:7, 17
Japão, 11:20, 24, 36
México, 9:36
Portugal, 10:7, 9, 14, 18, 20, 24, 30, 34, 38

Tcheca e Eslovaca, 9:7, 13, 15
Venezuela, 5:93
Brasília, 13:13

C

Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, 8:31
Campanha contra a Poliomielite, 2:47
Cana-de-açúcar, 6:70
Capital estrangeiro, 7:27
Carajás, Pará, 5:88
Caribe, 8:23
Chicaco Council of Foreign Relations, 8:43
Chile-Brasil, 5:95
China-Brasil, 3:52
Cidadania, 6:43
7:46
Civita, Victor, 6:85
Classe trabalhadora, 11:59
Collor, Lindolfo, 3 :10-13
11:58
Comércio exterior, 7 :27
10:9
internacional, 5:54
Companhia Vale do Rio Doce, 4:35
Comunidade Econômica Européia, 9 :55
10:27
12:47
Condecoração, Grão-Mestre da Ordem de Malta, 11:44
Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento,
2ª, 11:21
Nacional dos Bispos do Brasil, Convênio, 4:52
Confraria do Vinho do Porto, 10:36
Congresso Nacional
Sessão Legislativa Ordinária, 1ª, Legislatura, 49ª, 14:26

Conselho das Américas, 8:31
 Nacional de Agricultura, 12:29
Constituição e Governo, 5 :40
 14:15, 78, 86
Construção civil, 2:53
Controle de preços, 11:38
 14:8
Cooperação internacional, 9:69
 nuclear, Brasil-Ecuador, 11:7
Corpo de Bombeiros, 5:7
 Diplomático, 12:34
Crédito rural, 2:66
Criança, 4 :7
 12:74
 Ministério da, 5:91
 Promoção do Desenvolvimento, 8:62
 Violência, 13:7
Cujubim, Rondônia, 3:89
Cultura, 6 :58
 14:72

D

Democracia, 12:8, 15
Depósito bancário, Retenção, 7 :51
 14:55
Desenvolvimento, 6 :51
 13:57
 14:66
Desregulamentação, 5:33, 65
Diplomata, Instituto Rio Branco, 3:78
Direitos humanos, 6:43
Discurso de posse, Presidente da República, 1:9, 31
Distrito Federal-Governo Federal, Convênio, 2:76

Divida externa, 5 :44
6 :54
7 :23, 87
8 :27, 67
9 :25
11:18, 28, 36
12:10, 16, 48
14:81
Donas-de-casa, 2:43
Droga, 9:34

E

Educação, 5 :42
7 :46, 63
14:68
Programa Setorial de Ação do Governo, Lançamento,
12:74
Eleição, 5 :26
7 :55
11:53
Alagoas, 14:13
Empresa pública, 5:27, 30
Empresariado, 5 :19
6 :53
7 :53
14:62
Brasil-Portugal, 10:9
Japão, 11:24, 39
Encontro Internacional de Energia de Cana-de-Açúcar, 1º, 6:70
Energia, 6:70
nuclear, 11:21, 67
Equador-Brasil, 11:7

Escola de Comando de Estado-Maior do Exército, *11:71*
Superior de Guerra, *4 :41*
5 :100
12:53
Estados Unidos-Brasil, *8:31, 67*
Exposição
de gado Zebu, *56^a, 3:15*
produtos brasileiros, *9:18*

F

Federação das Organizações Econômicas do Japão, *11:24*
Força Aérea Brasileira, *2:63, 64*
6:16
9:42
Expedicionária Brasileira, *12:53*
Forças Armadas, *2 :61*
3 :86
6 :32
11:71
12:26, 67
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
Habitação popular, Construção, *3:47*

G

Gado Zebu, Exposição, *3:15*
Golfo Pérsico, *7 :22, 73, 84*
8 :8, 26, 68
9 :23
11:20
12:19
13:29, 32
14:80

Governo Paralelo, 14:66

Sustentação política, 5 :21, 51

14:58

Grupo Latino-Americano e Caribenho, GRULAC, 8:23

Guarda Presidencial, 3:25, 27

Guerra Mundial, 2^a, 4:39

H

Habitação, 6:60

popular, 3:47

Hidrelétrica, 4:44

de Xingó, 6 :65

13:47

Hospital Geral de Alagoas, 6:13, 66

Universitário de Alagoas, 6:10

I

Ideologia, 12:50

Idoso, 9:30

Igreja e Estado, 2:73

São João Bosco, Alagoas, Inauguração, 13:16

Imposto sobre Produtos Industrializados,

Isenção, 4:14

5:7

Imprensa, 5 :20

7 :76

9 :49

14:77

Indústria, 2 :69

10:9

11:10

14:53

automobilística, 2:55

Infância, 6:43
Inflação, 5 :39, 46
6 :34, 50
7 :25, 58, 82
9 :27, 54
11:37
12:18, 43, 46
Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 10:16
Rio Branco, 3:78
Investimento estrangeiro, 11:20
Iraque, 6:58
8:26
Irrigação, 13:47

J

Japão-Brasil, 11:20, 24, 36
Justiça, Secretários Estaduais, 9:33

K

Kubitschek, Juscelino, 9:18

L

Loteamento urbano, Samambaia, Distrito Federal, 11:41

M

Mandato Presidencial, 9:45

Mano Filho, Antonio Cabrera, 2:40

Meio Ambiente, 4 :24

5 :88

6 :19, 60

7 :13, 93

8 :18

9 :21

11:21, 31

12:13, 19, 72

13:9, 36

14:22

Melo Neto, João Cabral de, 10:18

Merenda escolar, 3:50

México-Brasil, 9:36

Ministério

da Agricultura e Reforma Agrária, 2:40

da Criança, Instalação, 5:91

da Economia, Fazenda e Planejamento, 14:61

da Justiça, 9:39

da Marinha, 3:21

da Saúde, 4:52

do Exército, 6:39

do Trabalho, 11:58

Público, 6:46

reunião, 2 :7

3 :38

4 :7

7 :30

9 :57

12:56

13:32

14:36

Missão diplomática, 2:18

Modernização, 8:52

N

Natal, Pronunciamento, 12:69

Nordeste, Plano de Desenvolvimento, 14:67

O

Organização das Nações Unidas, 8:7

8:23

9:69

dos Estados Americanos, 4:17

P

Pacto social, 7 :62, 68

9 :50

14:10

Palmas, Tocantins, 3:56

Parlamentarismo-Presidencialismo, 5 :35, 63

7 :27, 56

14:15

Parque dos Cajueiros Governador Valadares,

Inauguração, Sergipe, 12:21

Indígena do Xingu, 13:42

Nacional da Tijuca, RJ, 6:19

Passarinho, Jarbas, 9:39

Petrobrás, 9:52

Petróleo, 11:22

13:30

Piranhas, Alagoas, 4:47

Plano Bush, 12:10,

de Saúde Nordeste II, 6:63

- Econômico, 2 :7, 14, 27
5 :55, 60
6 :34
7 :7, 19, 51, 65
9 :28, 46
11:17, 26, 62
12:18, 41
14:7, 56
- Poder Legislativo, 7:57
- Poliomielite, Campanha, 2:47
- Política comercial, 5:10
- e Governo, 1 :9, 31
 2 :27
 4 :55
 11 :47
- externa, 12:47
 14:80
- industrial, 5:10
 7:26
- monetária, 7:60
- nuclear, 9:22
- salarial, 5:12, 29, 68
 7:61
- social, 7:10, 67
- Porta-Aviões Minas Gerais, 3:21
- Portugal-Brasil, 5 :7
10:7, 9, 14, 18, 20, 24, 30, 34, 38
- Câmara Municipal de Lisboa, 10:32
 Câmara Municipal do Porto, 10:34
- Poupança, 5:64
- Prefeitos, Alagoas, 3:33
- Prêmio
- Luís de Camões, 10:18
 Revista Exame, 6:85
- Preservação ambiental, Rio de Janeiro, RJ, 6 :19
13:36

- Presidente da República, 5 :72
11:65
12:43, 50
14:53, 87
discurso de posse, 1:9, 31
Privatização, 5 :15, 49
11:62
Problemas brasileiros, 13:57
sociais, 7 :10, 67
14:69
Procuradoria-Geral da República, 6:46
Programa Antártico Brasileiro, 14:47
Brasileiro de Qualidade e Produtividade, 11:10
de Competitividade Industrial, 14:53
Gente da Gente, 13:24
Nacional de Alfabetização e Cidadania, 7:46
Nuclear, 6:56
7:16, 92
Pólos Florestais na Amazônia Oriental, 14:22
SOS Rodovias, BR-101, 6:7
Projeto Calha Norte, 2:24
de Recuperação da Qualidade Ambiental do Rio de Janeiro, 13:36
Maratuba, 13:49
Publicidade oficial, 7:71

R

- Recessão econômica, 11:63
Rede Ferroviária Federal, 4:35
Reforma administrativa, 5 :16, 70
11:62
14:82
Regime de governo, 5 :35, 63
7 :27
14:15

Reserva indígena, 13:42
Rio de Janeiro, RJ, Preservação Ambiental, 6 :19
13:36
Rodovia, 4:62
6:7
Federal, Selo-pedágio, 3:84

S

Salário, 6 :36
7 :68, 86
9 :50
11:38
mínimo, 14:65
Samambaia, Distrito Federal, 11:41
Saúde, 3 :18, 29
14:68
Assistência médico-hospitalar, Centralização e municipalização, 2:58
Campanha contra a Poliomielite, 2:47
Convênio, Distrito Federal, 2:76
Plano de Saúde Nordeste II, 6:63
Selo-pedágio, Rodovia federal, 3:84
Semana da Asa, 9:42
do Exército Brasileiro, 6:39
Seminário Nacional Infância e Juventude no Brasil: os Direitos Humanos, a Cidadania e a Violência, 1º, 6:43
Serra Talhada, Pernambuco, 13:24
Sistema de Cooperação Técnica Internacional, 9:69
ferroviário, 4:35
financeiro, 14:63
Sociedade das Américas, 8:31

T

Tabatinga, Amazonas, 11:74

Taxista, 4:14
Tcheca e Eslovaca-Brasil, 9:7, 13, 15
Tecnologia, 6 :57
7 :73
12:12
Tocantins, 3:56
Trabalho, Comemoração, 3:7
Tratado
Brasil-Argentina, 2:21
Bolívia, 6:30
Equador, 11:7
de Tlatelolco, 8 :14
11:67, 70
12:12
Tribunal de Contas da União, 11:14

U

Universidade de Yale, 8:52
Federal de Alagoas, Hospital Universitário, 13:49
Usina Hidrelétrica de Xingó, 4:44

V

Venezuela-Brasil, 5:93
Vila Brejal, Maceió, Alagoas, 6 :67
13:53
Paranoá, Distrito Federal, Visita, 12:63
Violência, 5 :59
6 :43
13:7

Série Diretrizes para um Novo Brasil

- 1. O Projeto de Reconstrução Nacional e O Compromisso com a Democracia**
- 2. A Democracia e o Controle Soberano do Estado**
- 3. Desenvolvimento: o Condutor da Dignidade e do Bem-Estar do Trabalhador**
- 4. Crianças, o Desafio Maior**
- 5. O Fortalecimento da Economia e a Sociedade Brasileira**
- 6. Consciência Ecológica e Qualidade de Vida**
- 7. Educação e Cidadania Plena: um Projeto Brasileiro**
- 8. O Brasil e a Nova Estrutura Internacional**
- 9. O Governo Kubitschek e a Industrialização Brasileira**
- 10. Brasil e Portugal: Parceiros na História e Sócios no Projeto do Futuro**
- 11. O Governo e a Competitividade da Indústria Nacional**

12. Os Poderes Constituídos e a Convivência Democrática

13. A Reconquista da América

14. O Congresso Nacional e o Projeto de Modernização

ESTA OBRA FOI COMPOSTA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604 BRASÍLIA, DF,
EM MARÇO DE 1991, PARA
A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA,
COM UMA TIRAGEM DE
5.000 EXEMPLARES

“A questão partidária não pode prescindir do exame objetivo de ações que a realidade impõe. O fisiologismo, a demagogia, o paternalismo, a fuga e a omissão são os piores inimigos da classe política.”

Presidente Fernando Collor

